

Reforma da Justiça funciona. Processos no STF caem 30%



Fórum Trabalhista de Macapá participa, pela primeira vez, de expedição itinerante para levar serviços até o arquipélago do Bailique, na costa do Amapá

Cinco anos depois de implantada, a reforma do Judiciário mostra bons resultados, inclusive no Supremo. O Conselho Nacional de Justiça contabiliza ganhos.

páginas 4 e 5

meio ambiente

Proposta dá autonomia a municípios

Comissão decide que criação de áreas de preservação permanente em espaços urbanos deve caber exclusivamente a municípios.

página 10

Projetos aumentam cerco à pedofilia

Duas propostas que ampliam a vigilância das pessoas condenadas por pedofilia podem ser votadas no próximo ano. Uma delas, da senadora Marisa Serrano, cria um banco de dados nacional, acessível pela

internet, com identificação e localização dos que cometeram crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Outra, do senador Gerson Camata, permite a castração química de molestadores sexuais reincidentes.

páginas 6 e 7



Demostenes (E), Azeredo, Tuma e Magno Malta participam, em julho de 2008, da assinatura de termo de ajustamento de conduta entre Google, Ministério Público Federal e Safenet: controle sobre internautas

educação

Punição para aluno que agredir professor

página 11

apagão

Comissões querem ouvir Dilma e Lobão

página 3

cidadania

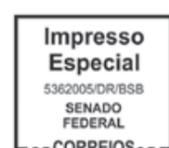
Leis protegem pacientes com câncer

Auxílio-doença, saque do FGTS e quitação do financiamento da casa própria são alguns direitos garantidos pela legislação a pacientes com câncer. O *Especial Cidadania* desta edição mostra como ter acesso aos benefícios.

página 16

e mais...

projetos aprovados	8
ambiente legal	10
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



agenda

Congresso recebe presidentes do Irã e da República Tcheca

Ahmadinejad deve assinar com Lula 23 acordos nas áreas de energia, petroquímica, alimentos e medicamentos

O presidente do Senado, José Sarney, recebe nesta segunda-feira, no Salão Nobre, o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad. Em sua visita ao Brasil, o chefe de Estado iraniano deve firmar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva 23 acordos nas áreas de energia, petroquímica, alimentos e medicamentos.

A vinda de Ahmadinejad ao Brasil ocorre duas semanas após a visita do presidente de Israel, Shimon Peres, cujos países mantêm relações conflituosas. Peres teve audiência com o presidente Sarney e discursou no Plenário do Senado, elogiando o Brasil pelas políticas de redução da desigualdade social e melhoria na educação, além de agradecer

ao país pela acolhida de imigrantes judeus que fugiram do Holocausto, durante a 2ª Guerra Mundial.

Segundo informações da Agência Brasil, Ahmadinejad desembarca em Brasília acompanhado por uma comitiva de 300 pessoas, a maioria empresários. A visita, que deve durar pouco mais de 24 horas, vinha sendo negociada há dois anos. Inicialmente, estava prevista para maio deste ano.

Desde 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU) impõe sanções ao Irã em decorrência do programa de energia nuclear desenvolvido no país. Para as autoridades da ONU, há indícios de produção de armas nucleares pelos iranianos, assunto

que é negado pelo governo do Irã.

Na terça-feira, José Sarney receberá às 15h, também no Salão Nobre da Casa, o presidente da República Tcheca, Václav Klaus.

A agenda do presidente do Senado prevê ainda a visita do presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin, na quinta-feira. Ele será recebido pela manhã, às 10h30, no Salão Nobre. O Comitê Nacional é um fórum de debates dos princípios do comunismo chinês e decide também a criação de novos organismos governamentais daquele país.



O governante iraniano visita o Congresso duas semanas após o presidente de Israel, Shimon Peres

TEMPORÃO COMPARECE À CAS

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, deverá participar, nesta quinta-feira, de audiência conjunta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Proposta pela presidente da comissão, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a audiência integra o ciclo de debates promovido pela CAS e pela subcomissão sobre aspectos relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

O substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei (PLS 213/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto da Igualdade Racial será discutido, nesta terça-feira, em audiência pública, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O debate contará com a participação do ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, e do representante da Educafro, frei David Santos.

comissões

Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

Teles – A comissão discute o tema “Telecomunicações – Banda larga e acessibilidade nos serviços de telecomunicações”. Entre os convidados, a diretora-consultora da Anatel Emília Maria Silva Ribeiro Curi e o diretor-geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, Nelson Simões.

Terça-feira

9h30h – MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Agrotóxicos – As comissões debatem o uso de agrotóxicos na agricultura. Foram convidados os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; do Meio Ambiente, Carlos Minc; e da Saúde, José Gomes Temporão.

9h30h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

LOA – Reunião para discutir e votar emendas ao projeto de lei orçamentária. Em seguida, analisa três mensagens autorizando operações de crédito externo.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ASSUNTOS SOCIAIS E ASSUNTOS ECONÔMICOS

Cultura – As comissões se reúnem para analisar projeto que institui o programa de cultura do trabalhador e cria o vale-cultura, com a presença do ministro da Cultura, Juca Ferreira.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

LDB – A comissão debate os 13 anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com o ministro da Educação, Fernando Haddad; e os senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF), entre outros ex-ministros da pasta.

10h – DIREITOS HUMANOS

Autismo – Em debate, questões relativas aos portadores de autismo. Participam a diretora-presidente da Associação em Defesa do Autista (Adefa), Julceli Antunes; a biomédica da UFF/RJ e pesquisadora da Adefa Mariel Mendes; e a pediatra Geórgia Regina Fonseca, entre outros.

12h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Indicação – Analisa o nome de Aldo

Luiz Mendes para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

14h30 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Relatório final – A comissão mista discute e vota o relatório final do deputado Colbert Martins.

14h30 – ORÇAMENTO

Depoimento – A comissão ouve o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, sobre superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima (PE), apontado pelo TCU.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Rádios – A comissão analisa 39 projetos que outorgam permissão de funcionamento para empresas de radiodifusão em vários estados.

10h – EDUCAÇÃO

Fies – Na pauta, projeto de lei da Câmara que permite abatimento no saldo devedor do Fies aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família, entre outros.

14h30 – INFRAESTRUTURA

Biocombustíveis – Reunião do grupo de trabalho sobre o marco regulatório dos biocombustíveis. Entre os participantes, o diretor-executivo da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, Paulo Sotero; e o presidente da Confederação Nacional do Transporte, Clésio Andrade.

14h – MEIO AMBIENTE

Aquecimento – A comissão debate o inventário de emissões e remoções de gases de efeito estufa. Estão convidados os integrantes da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende.

Quinta-feira

9h – MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Divergências – Debate sobre as divergências entre o TCU e o Poder Executivo com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; o presidente do TCU, Ubiratan Aguiar; e o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos.

Audiência pública discute controle de defensivo agrícola

O controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e o emprego de defensivos agrícolas serão debatidos nesta terça-feira, às 9h30, em audiência pública conjunta, pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Ciência e Tecnologia (CCT), e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Deverão participar da audiência os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes; do Meio Ambiente, Carlos Minc; e da Saúde, José Gomes Temporão. O debate foi proposto pelos senadores Gilberto Goellner (DEM-MT), Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

CEF – A pauta continua trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 17/09) que transferiu depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal.

Quarta-feira

10h – Sessão especial **Municípios** – Os senadores homenageiam o municipalismo brasileiro.

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

decisões

Líderes definem data de decisão sobre Venezuela

Os líderes partidários do Senado optaram por adiar a discussão sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul. Nesta terça-feira, eles se reúnem para definir a pauta de votações até o final do ano. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) disse que buscará acordo para votar a entrada da Venezuela ainda em 2010.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS 430/08), que aprova o texto do protocolo de adesão do país vizinho consta da pauta da sessão desta terça-feira. O texto estabelece, entre outras medidas, que os bens produzidos na Argentina e no Brasil, as maiores economias do Mercosul, deverão entrar sem restrições e tarifas no mercado da Venezuela a partir de 1º de janeiro de 2012, excetuando produtos considerados sensíveis – que desfrutaram de maior proteção dos governos nas negociações comerciais –, para os quais o prazo se estende a 1º de janeiro de 2014.

Já os bens produzidos pela

Venezuela deverão entrar sem restrição nos mercados do Brasil e da Argentina a partir de 1º de janeiro de 2010, com exceção dos produtos sensíveis, que também têm prazo fixado em 1º de janeiro de 2014. Os bens produzidos no Uruguai e no Paraguai deverão ingressar sem restrições e tarifas na Venezuela a partir de 1º de janeiro de 2012, mas o protocolo determina que os principais produtos da pauta exportadora desses dois países devem entrar no mercado venezuelano com tarifa zero logo após a entrada em vigor do protocolo.

O texto determina prazo de quatro anos, contados da entrada em vigor do protocolo de adesão. O protocolo foi assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos países do Mercosul.

O PDS foi aprovado no Plenário da Câmara, em 17 de dezembro de 2008 e pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18 de fevereiro de 2009.

Polêmica cercou debates na Comissão de Relações Exteriores

O protocolo de adesão da Venezuela no Mercosul foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 29 de outubro, a partir de relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

O parecer de Jucá contou com apoio dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), João Ribeiro (PR-TO), João Pedro (PT-AM), Pedro Simon (PMDB-RS), Francisco Dornelles (PP-RJ), Paulo Duque (PMDB-RJ), Flávio Torres (PDT-CE), Renato Casagrande (PSB-ES), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Votaram contra o parecer de Jucá os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), José

Agripino (DEM-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Tasso Jereissati (PSDB-CE), designado relator da matéria na CRE, deu parecer contrário ao protocolo, que foi rejeitado pela comissão.

Jereissati afirmou que o acordo, além de técnico, é político, e que a Venezuela, sob o governo do presidente Hugo Chávez, tem aspectos políticos que trazem incertezas quanto ao cumprimento de compromissos no âmbito do Mercosul.

Romero Jucá argumentou que o protocolo, além de propiciar boas oportunidades ao Brasil, fortalece a segurança jurídica do relacionamento entre os países fundadores do Mercosul e a Venezuela.

Benefícios econômicos

Com a adesão da Venezuela, o Mercosul passaria a ter mais de 250 milhões de habitantes, numa área de 12,7 milhões de quilômetros quadrados e com um produto interno bruto (PIB) superior a US\$ 1 trilhão, o que corresponde a 76% do PIB da América do Sul. O comércio global do bloco seria de cerca de US\$ 300 bilhões. O Mercosul se tornaria mais significativo como produtor mundial de alimentos, energia e manufaturados.

Do ponto de vista da indústria e da agricultura brasileiras, cujos produtos têm grande demanda na Venezuela, a entrada do país no Mercosul deverá propiciar, segundo Romero Jucá (PMDB-RR), uma

chance de ampliação de mercado. Para exemplificar, Jucá lembra que, entre 2003 e 2008, as exportações brasileiras para a Venezuela passaram de US\$ 608 milhões para US\$ 5,15 bilhões, representando um crescimento de 758%.

Cerca de 72% das exportações brasileiras para a Venezuela são de produtos industrializados, com elevado valor agregado e alto potencial de geração de empregos. Atualmente, complementa Jucá, o Brasil tem com a Venezuela seu maior saldo comercial positivo, no valor de US\$ 4,6 bilhões, que é 2,5 vezes maior ao saldo obtido com os Estados Unidos, de US\$ 1,8 bilhão.

Convite a Dilma e Lobão abre disputa política

Quatro comissões aprovaram requerimentos para ouvir ministra da Casa Civil e ministro das Minas e Energia sobre causa do apagão elétrico

O apagão do último dia 10 mobilizou os senadores da oposição e da base governista. Os opositoristas cobraram esclarecimentos do governo e apontaram a ausência de investimentos e o loteamento de cargos como possíveis causas do apagão. Já os governistas disseram que o problema foi contornado rapidamente e causou poucos prejuízos.

No final da semana, quatro comissões – de Infraestrutura (CI), de Ciência e Tecnologia (CCT), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores (CRE) – haviam aprovado requerimentos para ouvir a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, sobre as causas do blecaute.

O convite aos ministros foi cercado de muita polêmica. Conforme requerimento de Roberto Cavalcanti (PRB-PB) apresentado na CCT, serão ouvidos, além dos dois ministros, 18 convidados, entre os quais, o presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, e o diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek.

A audiência, sem data marcada, será realizada em conjunto com a CI, a pedido do presidente dessa comissão, Fernando Collor (PTB-AL), e com a CAE, por sugestão de Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Além dos 20 convidados, deverá ser chamada a participar da audiência a presidente da Fundação Cacique Cobra Coral, Adelaide Scritori. A inclusão da nova convidada, que causou



Collor (E), presidente da CI, pretende ouvir técnicos antes dos ministros. Virgílio acrescentou Fundação Cacique Cobra Coral entre as entidades convidadas

grande polêmica entre os senadores, foi solicitada pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

– Se houve problema meteorológico, como dizem, vamos ouvir a fundação – sugeriu.

O convite foi aprovado sob protestos de senadores como Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

– Já está cheio de cobra por aqui – disse Wellington.

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou na CAE que a proposta do debate com tantos participantes “é um comício”, que “visa colocar a questão do apagão embaixo do tapete”.

Na CRE, a oposição conseguiu aprovar outro requerimento, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para convidar exclusivamente os dois ministros. O debate ainda não tem data marcada. Flexa Ribeiro disse acreditar que os debates com os convidados propostos pelas outras comissões deveriam ocorrer

separadamente. As explicações dos ministros sobre o blecaute, em sua avaliação, deveriam ter precedência. Na mesma linha, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defendeu o início das audiências com Dilma e Lobão.

Para o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a estratégia da oposição é politizar o debate. Ele defendeu que a audiência seja conduzida pela CI, instância própria para discutir o assunto, em sua avaliação. Defendeu também uma discussão técnica do problema, como sugerido pela CI. Já Delcídio defendeu a lógica do início dos debates com a presença dos técnicos e disse que explicações gerais, incluindo os investimentos no setor, serão dadas posteriormente pelos ministros.

– Ninguém está querendo esconder nada – argumentou ele.

Osmar Dias (PDT-PR) igualmente defendeu ouvir primeiro os técnicos, afirmando que o debate com eles tem por objetivo fornecer informações aos brasileiros que tiveram perdas com o blecaute.

Pelos menos 21 autoridades e técnicos devem ser consultados

Novo documento de identidade para trabalhadores marítimos

O Senado aprovou acordo internacional que trata do novo documento de identidade do trabalhador marítimo. O texto (PDL 389/09) é fruto da revisão da Convenção 185 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), feita após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O texto foi a promulgação.

O novo documento introduziu a obrigatoriedade do uso da planilha biométrica, obtida a partir da impressão digital de dois dedos do trabalhador marítimo, a conversão da imagem coletada para padrão digital e a impressão desse padrão em código de barras nas novas identidades, para permitir a leitura eletrônica do documento pelas autoridades portuárias de controle migratório.

Na seção Projetos Aprovados constam os outros textos de acordos firmados pelo Brasil com outros países.

Comissão aprova indicação de Mario Bonsaglia para o CNMP

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou quarta-feira a indicação do procurador da República Mario Luiz Bonsaglia para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A proposição depende ainda de votação em Plenário.

Para Bonsaglia, a criação do Conselho Nacional do Ministério Público foi uma iniciativa revolucionária introduzida pela reforma do Judiciário (Emenda Constitucional nº 45/04), inovando no sistema de “freios e contrapesos” que regula a relação entre os poderes.

Ele ressaltou que o conselho, que tem a função de exercer o controle externo do MP, não é corporativo, sendo integrado também por pessoas de fora da instituição. Na avaliação de Bonsaglia, é preciso manter o poder investigatório do MP e o controle externo realizado pelo órgão em relação ao trabalho da Polícia.

especial

Após cinco anos, reforma mostra bons frutos

Cenário dos tribunais brasileiros começa a mudar, como resultado da Emenda Constitucional 45, que trouxe inovações como a súmula vinculante, o fim do nepotismo e a criação do CNJ. Cai o número de processos que chegam ao Supremo e instâncias inferiores julgam mais e mais rápido

A Emenda Constitucional 45, da reforma do Judiciário, faz cinco anos no próximo dia 8 de dezembro e seus bons resultados podem ser observados no dia a dia das cortes brasileiras, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Depois que entraram em vigor as principais inovações da reforma, como a adoção da súmula vinculante, a necessidade de repercussão geral para a admissão de recursos extraordinários no STF e a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), diminuiu o número de processos no Supremo, enquanto aumentou o de julgamentos nas diversas instâncias da Justiça, incentivado pela atuação do CNJ (*leia texto à direita*).

O número de processos no Supremo caiu de 153.936, em 2006, para 109.204, em 2008, uma queda de quase 30% (*veja infográfico na página 5*). Já em 2009, o CNJ traçou a meta de julgar todos os processos protocolados até 2005 que ainda não tiveram sentença. Das 4,6 milhões de ações nessa situação em todas as instâncias da Justiça no início deste ano, mais de 2 milhões já foram julgadas até o início de novembro.

Outro dado mostra que, graças à repercussão geral, o número de

recursos extraordinários vem caindo. Se muitos nem sequer chegam a ser protocolados, um em cada quatro não mostra relevância para ser analisado pelos ministros do Supremo. Como resultado, se em 2008 tais recursos somavam 32,2% do trabalho no STF, em 2009 somaram 19,5%.

No que diz respeito às súmulas vinculantes, o STF já baixou 21, que devem ser respeitadas por toda a administração pública e órgãos do Judiciário. Algumas delas tiveram grande impacto, como a proibição do nepotismo, a inconstitucionalidade de leis estaduais

e municipais sobre loterias e bingos e a limitação ao uso de algemas pelas polícias. A tendência é que todas as ações em qualquer tribunal sejam sumariamente encerradas com os enten-

dimentos firmados pelo STF (*leia reportagem na página 5*).

– Graças à súmula e à repercussão geral, pela primeira vez desde a Constituição de 1988 tivemos uma redução de processos no STF. É algo notável. Evidentemente, o estoque ainda é bastante alto, mas é declinante, invertendo uma curva de contínuo crescimento – resume o deputado federal Flávio Dino (PCdoB-MA), que é juiz federal e foi o primeiro secretário-geral do CNJ.

Pela primeira vez, estoque de processo no Supremo diminuiu

Súmula racionalizou decisões, mas, para parlamentares, houve excessos

Um dos pontos mais polêmicos da reforma do Judiciário de 2004, a súmula vinculante é elogiada por promover a padronização e a racionalização das decisões no Judiciário. A súmula é um resumo das decisões do STF sobre determinado assunto e vincula as decisões de todos os tribunais e da administração pública a elas.

Juízes e a sociedade são obrigados a seguir aquela interpretação. A súmula só pode ser editada em casos de ações repetitivas, em que o Supremo decide reiteradamente no mesmo sentido. E, para que seja uma interpretação majoritária, a súmula precisa ser aprovada por, no mínimo, dois terços dos ministros da corte (oito votos).

Com a súmula, as expectativas de ganho ou perda de uma causa na Justiça ficam mais previsíveis. Assim, não é mais necessário que cada pessoa tente valer seus direitos sobre um mesmo caso já decidido pelo Supremo, diminuindo a demanda ao Judiciário.

O senador Demostenes Torres

(DEM-GO) e o deputado federal Flávio Dino (PCdoB-MA) consideram que o Supremo exagerou na edição de algumas delas.

– Inicialmente, houve uma espécie de deslumbramento do Supremo, passando a editar súmula sobre qualquer matéria, uma coisa meio desarrastada. Mas hoje o Supremo está mais centrado, voltando para aqueles temas que realmente vão desafogar o número de julgamentos – diz Demostenes.

Já Flávio Dino tem dúvidas sobre se o STF observou as regras para edição de algumas das 21 súmulas editadas desde 2005.

– O STF mais acertou que errou, não há dúvida. A súmula contra o nepotismo, para citar a mais evidente, é um grande acerto, enfrentando uma temática sobre a qual, infelizmente, o Congresso nunca teve condições de deliberar. Mas houve outras que, inclusive do ponto de vista dos pré-requisitos constitucionais, haveria alguma dúvida, como a que regulou o uso de algemas – afirma Dino.



Juíza de primeira instância e sua pilha diária de processos: ação do CNJ tem ajudado a dar mais racionalidade ao Poder Judiciário

Entre as metas do CNJ, julgar processos anteriores a 2005

Diferentemente do que se projetava, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desde que foi criado, não se destacou como corregedoria ou controlador dos tribunais. O órgão tenta oferecer um planejamento geral para todo o Judiciário, desenvolvendo políticas comuns para as áreas administrativa (o que inclui o uso de novas

tecnologias), de comunicação e orçamentária. O objetivo é a diminuição de custos e uma maior eficiência no julgamento dos processos.

– Se olharmos quem procura o CNJ, vamos perceber que é a própria comunidade judiciária, juízes de primeiro grau, servidores do Judiciário. Com a sua composição,

o órgão acabou funcionando como mecanismo de democratização e de horizontalização das relações internas e não como mecanismo de concentração – afirma o deputado Flávio Dino.

No 2º Encontro Nacional do Judiciário, promovido este ano pelo conselho, foram definidas dez metas para serem alcançadas pela Justiça. Entre elas, se destaca a segunda, pela qual os tribunais se comprometeram a julgar, até dezembro, todas as ações protocoladas antes de 2005 (*veja quadro*).

– Apesar do pouco tempo de atuação, o Conselho Nacional de Justiça já demonstrou estar corrigindo deficiências advindas de práticas administrativas ultrapassadas – afirma o presidente do STF e do CNJ, ministro Gilmar Mendes.

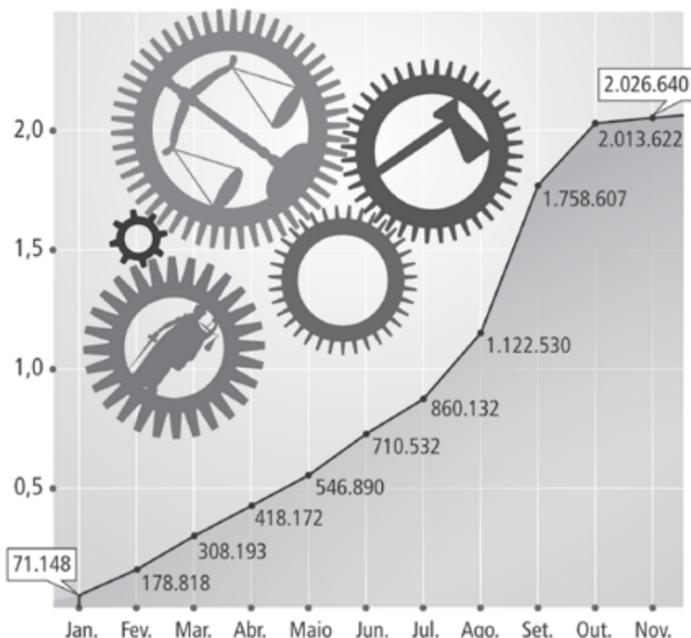
Para auxiliar a formulação do planejamento estratégico do Judiciário, o CNJ também promove a pesquisa Justiça em Números, que anualmente contabiliza julgamentos, processos por magistrado e ações pendentes de julgamento.

Foi nessa pesquisa, por exemplo, que o país tomou conhecimento de que havia 67 milhões de processos em tramitação na Justiça em 2007. Para diminuir esse estoque, em boa parte criado pelas constantes mudanças nas regras econômicas nas décadas de 80 e 90, o CNJ vem promovendo inclusive mutirões em diversas localidades.

Segundo o ministro Gilmar Mendes, essa é a forma para a “concretização do comando constitucional da duração razoável do processo e de priorização dos mais antigos, de forma a fomentar uma política de redução do tempo de tramitação”.

Processos julgados em 2009

O 2º Encontro Nacional do Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizado em fevereiro, definiu como meta julgar, até o final deste ano, todos os processos protocolados nos tribunais do país antes de 2005. Até o último levantamento, no início de novembro, quase 45% da meta havia sido cumprida. Segundo o CNJ, 12 tribunais (Superior Tribunal Militar, o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, os tribunais regionais eleitorais do Acre e Amapá e os tribunais regionais do Trabalho das 8ª, 11ª, 13ª, 16ª, 19ª, 21ª, 22ª e 23ª regiões) já atingiram 100% da meta e apenas quatro (tribunais regionais eleitorais de Roraima, Rio Grande do Norte e Mato Grosso e o Tribunal de Justiça da Bahia) cumpriram menos de 30%.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Com critério de relevância, recursos caíram drasticamente

A partir de 2005, antes de admitir um recurso, o Supremo pode analisar se aquele tema tem relevância para toda a sociedade. Com esse filtro, nem todo processo chega a ser analisado na corte. O resultado foi uma queda drástica no número de recursos extraordinários analisados pelo tribunal. Se em 2006 o STF distribuiu 54.575 recursos extraordinários (ou 47% dos processos), em 2009 esse número caiu para 7.345 (17,7%), até outubro.

– A repercussão geral é um resgate da chamada arguição de relevância, algo comum aos tribunais constitucionais de todo o mundo – explica o deputado e juiz Flávio Dino.

Pela sistemática adotada pelo STF, a decisão preliminar sobre a repercussão geral de um recurso é feita por meio de votação eletrônica. A análise do mérito do recurso é recusada se pelo menos oito ministros (dois terços da composição do Supremo) considerarem que ele não tem essa relevância. Sem esse número, fica implícito que o julgamento do recurso ultrapassa o interesse específico das partes envolvidas e tem maior repercussão jurídica, política, social ou econômica.

Se o tribunal negar a existência da repercussão geral, a decisão vale para todos os recursos sobre o mesmo assunto, que serão indeferidos liminarmente. Nas últimas 235 análises, o Supremo não considerou relevantes 62 recursos extraordinários (26,4%).

– Limitar o objeto dos julgamentos a questões constitucionais aproxima o STF do típico papel de verdadeiro tribunal constitucional, garantindo que processos que chegam inutilmente ao tribunal tenham decisão definitiva antes disso – afirma o presidente da corte, ministro Gilmar Mendes.

Em 2008, diversos recursos sobre assuntos como as pesquisas científicas com células-tronco embrionárias, o nepotismo, o uso de algemas e a demarcação de terras indígenas, por exemplo, tiveram, preliminarmente, a sua repercussão geral considerada pelo Supremo Tribunal Federal.

Os méritos das questões são analisados posteriormente e, em alguns casos, como do nepotismo e do uso de algemas, as decisões levaram também à edição de súmulas vinculantes.



Após a promulgação da Emenda 45, foram firmados dois pactos entre os três Poderes para dar andamento às mudanças. O último, em abril, foi assinado por Gilmar Mendes (E), José Sarney, Lula e Michel Temer

Modernização dos códigos acelerará julgamentos, afirma Demostenes

Presidente da CCJ, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) também vem relatando grande parte dos projetos que modernizam os códigos processuais, etapa posterior à reforma do Judiciário. Ex-procurador-geral do Ministério Público de Goiás e ex-secretário estadual de Segurança Pública, o senador destacou a importância da súmula vinculante e da repercussão geral como principais pontos introduzidos no funcionamento da Justiça em 2004.

– Hoje, o Supremo está mais centrado, voltado para aqueles temas que realmente vão desafogar o número de julgamentos – afirma Demostenes, que também avalia positivamente a criação e a atuação do Conselho Nacional de Justiça.

O senador disse que as dúvidas sobre a efetividade da reforma de 2004 estão se dissipando e destacou ainda o que pode ser feito para melhorar a prestação da Justiça no país, como as reformas dos códigos de Processo Penal e de Processo Civil, para que as ações sejam mais exíguas.

Jornal do Senado – Como o senhor avalia hoje a reforma constitucional do Judiciário de 2004?



Presidente da CCJ, Demostenes acredita que a adoção de procedimentos eletrônicos também ajudará muito a tornar a Justiça mais ágil e eficaz

Demostenes Torres – A reforma foi muito boa e depois houve uma complementação de legislação. O Supremo passou a editar as súmulas com efeito vinculante, o que é bom para poder ordenar a administração pública e os graus inferiores de jurisdição. Inicialmente, houve uma espécie de deslumbramento, mas hoje o Supremo está mais centrado, voltando para aqueles temas que realmente vão desafogar o número de julgamentos. Houve ainda a repercussão geral, pela qual processos pequenos não vão mais parar no Supremo. O Conselho Nacional, especialmente o de Justiça, está funcionando muito bem. O do Ministério Público

ainda é um pouco corporativo, mas o recado dado pelo Senado com a rejeição de dois membros deve ser compreendido pelo conselho, porque senão terá que ser totalmente reformulado. Há a possibilidade, agora, de alteração da Constituição para que os conselhos possam demitir juízes e promotores, dentro de sua competência. O presidente do Supremo [Gilmar Mendes] já sinalizou que o tribunal vai considerar isso constitucional. Então, acho que se caminha a passos largos para melhorar a Justiça.

A súmula vinculante, a repercussão geral e a criação do CNJ foram, à época dos

Críticas à rebeldia na primeira instância

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres, lamenta que juízes de 1ª instância ainda julguem contrariamente às decisões do STF.

– Aquilo que for súmula vinculante, na parte administrativa e na parte processual, deve surtir resultados imediatos a bem da agilização da Justiça – afirma o senador.

Para o ministro Gilmar Mendes, existe um problema cultural no próprio Judiciário de “manter o ineditismo”.

– Daí as sentenças exóticas que serão cassadas posteriormente. Na sociedade moderna, em que as demandas são em massa, as soluções não podem ser individualizadas.

debates no Congresso, muito criticadas por, potencialmente, concentrar poder nas mãos dos tribunais superiores. Como o senhor encara essa crítica hoje?

Inicialmente ela foi procedente. Mas os tribunais amadureceram e demonstraram que com juízo, com trabalho e com serenidade é possível fazer um direcionamento sobre o que não precisa chegar aos tribunais superiores. Enquanto isso, nós vamos tentando ajustar a legislação para que a Justiça brasileira seja mais rápida e eficiente.

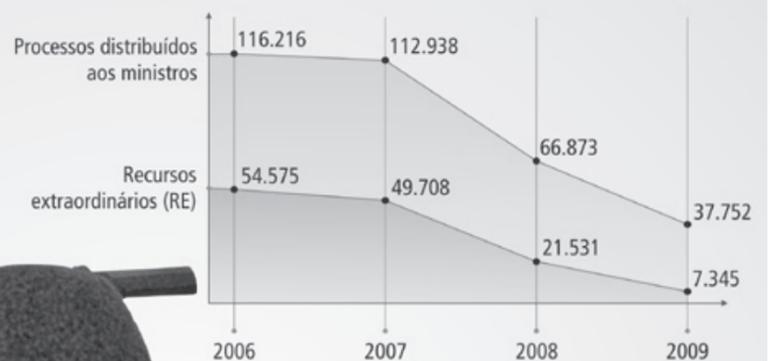
O que é necessário daqui para frente?

Vai haver reformulações – já há comissões no Senado para isso – do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil. Vamos fazer com que os processos sejam bastante exíguos, evitar recursos protelatórios. Procedimentos como a intimação e a citação virtuais, a retirada de documentos e o acompanhamento *on-line* vão ajudando a modernizar a Justiça e a lhe dar maior eficácia. Acredito que, com o passar dos anos, vamos conseguindo melhorar a nossa legislação.

Processos em tramitação no STF

Maio/2006	159 mil
Dez./2006	154 mil
Maio/2007	160 mil
Dez./2007	129 mil
Maio/2008	130 mil
Dez./2008	109 mil

Volume de recursos extraordinários



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF

especial

Vigilância e castração química contra pedófilos

Condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes podem ter sua localização divulgada pela internet

Dois propostas destinadas a frear o aumento dos crimes de pedofilia podem ser votadas pelo Senado já no próximo ano. Uma delas cria um banco de dados nacional, acessível à população pela internet, com a identificação e a localização de todos os condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. A outra, mais polêmica e radical, defende a castração química de molestadores sexuais reincidentes.

A pedofilia é a perversão na qual a atração sexual de um indivíduo adulto ou adolescente está dirigida primariamente para crianças pré-púberes (ou seja, antes de entrar na puberdade). É classificada como uma desordem mental e de personalidade do adulto e também como um desvio sexual, pela Organização Mundial da Saúde.

Antes da decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos (CDH), as propostas precisam passar pelo crivo da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde ambas já foram analisadas pelos relatores. O PLS 338/09, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), é o que cria a rede virtual de informações sobre pedófilos condenados e recebeu voto favorável de Alvaro Dias (PSDB-PR), praticamente sem modificações (veja mais detalhes abaixo).

Nos Estados Unidos, onde o número de molestadores sexuais condenados em liberdade condicional é de 300 mil, o Ministério de Justiça criou um departamento específico para monitorar os criminosos sexuais, que mantém no ar site com a base de dados nacional informando a localização de cada um deles (www.nsopw.gov). No caso americano, não é necessário que o internauta preencha um cadastro, como prevê o projeto de Marisa Serrano, para ter acesso às informações. Há até mesmo sites particulares que cobram mensalidades (cerca de R\$ 10) pelo mesmo serviço.

Pena menor para preso que aceitar remédio para redução da libido

O PLS 552/07, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), foi alterado pelo relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), que tornou de escolha do condenado a castração química durante a liberdade condicional (veja nesta página). Já adotada em países como Estados Unidos, França e Canadá, a castração química reduz a libido por controle hormonal.

Por sugestão de Crivella, caso se submeta ao tratamento, o condenado poderá ter redução de até um terço da pena, se iniciar a terapia antes de ser concedida a liberdade condicional. Além disso, o projeto prevê que o pedófilo que optar pela castração será obrigado a seguir o tratamento até que o juiz de execução e o Ministério Público avaliem, em laudo médico, o sucesso ou não da terapia.

O Senado há mais de um ano realiza a CPI da Pedofilia, com resultados tanto no aperfeiçoamento da legislação quanto no combate

aos criminosos que se escondem na rede mundial de computadores (veja mais ao lado). Além dos vários projetos já transformados em lei desde então, tramitam hoje no Senado 13 propostas sobre o tema. Na Câmara, são outras 24, entre elas, uma que torna o crime imprescritível e inafiançável, a exemplo dos delitos hediondos.

O vice-presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PTB-SP), disse que a pedofilia "não é uma doença, mas uma distorção da condição humana para a qual não há cura". Segundo Tuma, é preciso saber como agir com o pedófilo e como tratar as crianças que passaram por esse tipo de agressão.

Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou que a exploração sexual de crianças e adolescentes expande-se atualmente "de forma avassaladora" graças à difusão de novas tecnologias como a internet, telefones móveis e aumento das viagens internacionais.



Marisa Serrano propõe a criação de um banco de dados para localizar os pedófilos; Camata sugere a redução da libido por remédios



Banco de dados busca evitar reincidência

Com o PLS 338/09, a senadora Marisa Serrano quer dotar o Brasil do mesmo recurso de defesa social existente em países como os Estados Unidos: um banco de dados que relacione onde vivem, moram ou estudam todos aqueles já condenados por pedofilia e outros crimes assemelhados. Não por acaso, o projeto se inspira na Lei Federal 109-248 dos EUA e na lei estadual da Flórida.

O objetivo é simples: permitir aos pais tomar conhecimento da existência de pedófilos condenados residindo próximo à sua própria residência ou à escola de seus filhos, com a possibilidade de identificá-los fisicamente – justifica a autora.

O projeto inclui um capítulo inteiro no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), assegurando o acesso público ao banco de dados sobre pedófilos, a ser criado na internet. Todo condenado será obrigado a manter atualizadas, sob pena de até

dois anos de prisão, informações pessoais, endereço do local onde trabalha ou estuda e fornecer uma fotografia em cores.

Será possível a realização de pesquisa por código postal ou região geográfica para se localizar qualquer pedófilo, desde que a pessoa, antes, se registre no site e forneça seus próprios dados. A precaução é importante, diz Marisa Serrano.

O cadastro do usuário é importante para que o Estado possa, em caso de ocorrência de ilícito penal contra o pedófilo, ter conhecimento das pessoas que acessaram o seu perfil, o que pode ser de grande utilidade para o início de uma investigação criminal – explica.

Para a senadora, o projeto se justifica porque combater a pedofilia não se resume a uma simples questão de segurança pública ou de direito penal, mas, sim, de saúde pública.

A pedofilia demanda tratamento psiquiátrico. Não desaparece

com a punição ou a repressão penal; não recua com a simples força intimidatória da lei penal. O efeito ressocializador da pena aplicada a um pedófilo é discutível e, portanto, não se pode compará-lo a um condenado comum.

Relator da proposta, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) acredita que o banco possibilitará que sejam evitados novos crimes sexuais pela reincidência do pedófilo.

Os pais poderão adotar medidas de precaução, se tiverem conhecimento prévio de que um condenado que cumpriu pena por crime sexual contra criança ou adolescente passou a residir próximo à sua casa ou à escola de seus filhos. Medidas como restrição de horário, evitar que a criança ou adolescente permaneçam em casa sozinhas e mantê-las acompanhadas no trajeto entre a casa e a escola são formas de prevenção desse tipo de crime, pois o pedófilo invariavelmente se deixa seduzir pela oportunidade.

Ficha pública

Veja como funciona o sistema de banco de dados americano, site pode servir de modelo para um sistema brasileiro.

O site alerta o usuário quanto ao uso das informações, podendo levar a processo se utilizadas com finalidades impróprias

Além de dados básicos como nome, idade e sexo, os agressores são classificados de acordo com seu grau de periculosidade

Descrição física completa, com altura, peso e até cor dos olhos e cabelo

Idade e sexo das vítimas e informações como uso de força ou armas

Offender ID:	18897	Race:	White
Name:	TREISTMAN	Ethnicity:	Not Hispanic
Name:	ARTHUR	Height:	5'10"
DOB:	Jul 7, 1958	Weight:	180
Sex:	Male	Hair:	Brown
Risk Level:	3	Eyes:	Blue
		Corr. Lens:	YES
Reported Address:	251 EAST KINGSBRIDGE RD	Date:	Jan 2, 2008
City:	APT 1N		
State:	BRONX		
State:	NY		
Other Address Info or Status:	Address Confirmed by Offender on Feb 13, 2009		
Sex Offender Type:	Designation: No Designation		
Conviction:	Date: May 26, 1998		
Arrest Agency:	NYCPD Sex Offender Unit	Suprv. Agency:	
Victim Sex/Age:	Male, 10 Years		
Victim Sex/Age:	Male, 11 Years		

Fonte: Departamento de Justiça dos EUA

Pena cruel ou única forma de controlar impulso?

A possibilidade de castração química de criminosos sexuais, como prevista no PLS 552/07, do senador Gerson Camata, apesar de polêmica, tem simpatizantes dentro e fora do país. Enquete no site Brasil contra a Pedofilia indicou que 87% dos internautas são favoráveis à castração química para pedófilos e estuproadores. Em países europeus onde ainda não há o tratamento, já existem projetos tramitando nos parlamentos.

– Mesmo em países cujo sistema carcerário apresenta o que há de melhor já se propõe que tais indivíduos sejam castrados, visando impedir a reincidência do crime, tida por certa em face das estatísticas – justifica Camata. O texto original do senador defendia apenas mudança no Código Penal, para associar a pena de castração química à de prisão, no caso de condenados por crimes de pedofilia, conforme o Código Internacional de Doenças. O projeto não chegou a ser votado na CCJ porque foi aprovado requerimento para que antes fosse ouvida a CDH.

Dois deputados federais – Capitão Assunção (PSB-ES) e Marina Maggessi (PPS-RJ) – fizeram proposta idêntica, porém os projetos foram devolvidos pela Mesa da Câmara sob o argumento de que eles feririam a Constituição, que diz que “não haverá penas cruéis” e “ninguém será submetido a tratamento degradante”. A questão foi avaliada no relatório de Crivella, que tem uma visão diferente. – A terapia química seria uma pena cruel? Ela só enxerga o corpo do condenado, perdendo de vista o interesse geral? Nossa resposta é negativa. A terapêutica química vem para tornar possível o retorno do pedófilo ao ambiente social, sem constituir um perigo para os outros – diz. Crivella alterou o projeto, transformando o que seria compulsório em algo voluntário, e mesmo assim mediante condicionantes. Mudanças que não são consideradas suficientes pelos críticos da proposta, como o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP), Luiz Flávio Borges D’Urso. Para ele, o projeto de Camata é inconstitucional, pois implicaria “condições de crueldade”.

Advogado especializado na área criminal, com mestrado e doutorado em Direito Penal pela USP, D’Urso afirma que “o Estado não vinga, faz justiça”.

– O Estado tem de ser isento para aplicar a pena. O projeto afronta a Constituição – critica o advogado.



Para Luiz Flávio D’Urso, presidente da OAB-SP, projeto é inconstitucional por implicar “crueldade”

O perfil dos agressores sexuais

Pedófilos	Estuproadores
Têm cerca de 40 anos	São mais jovens, com 33 anos, em média
A maioria molesta crianças conhecidas, em geral filhos e enteados	Atacam desconhecidas
São mais dependentes de álcool do que das drogas	Abusam mais de outras drogas do que de álcool
60% são casados, 20%, solteiros, 18%, separados e 2%, viúvos	50% são casados, 30%, solteiros e 20%, separados

Fonte: Pesquisa realizada pelo Ambulatório de Transtornos da Sexualidade da Faculdade de Medicina do ABC.



Pesquisa não associa controle a baixa reincidência

Os adversários da adoção da castração química oferecem poucas alternativas para um controle eficaz dos pedófilos. Países como a Espanha recorrem a pulseiras ou tornozeleiras com rastreador eletrônico para seguir os passos dos pedófilos.

Os pesquisadores argentinos Rafael Di Tella e Ernesto Schargrotsky, doutores pela Faculdade de Economia de Harvard (EUA), concluíram que não há comprovação dos efeitos do monitoramento na redução da

reincidência dos pedófilos.

O estudo concluiu que, em geral, presos com maior tempo de prisão apresentaram maiores taxas de reincidência, mesmo com o monitoramento. Condenados já reincidentes (com ficha criminal) apresentaram taxas altas de reincidência, também apesar do monitoramento eletrônico.

– Não temos estatísticas específicas para pedófilos, mas, se os dados genéricos já não são favoráveis ao monitoramento, deduzimos que muito menos

são para crimes que envolvem patologias psiquiátricas, dada a reduzida capacidade de autode-terminação do agente – justificam os pesquisadores.

A medida também é criticada por psiquiatras, pois a pedofilia não seria uma questão de vigilância ou punição, mas de tratamento psiquiátrico. Especialistas defendem a diferenciação de pedófilos de outros criminosos, como estuproadores. Estes seriam guiados por necessidades de poder em vez de sexuais.

Muitos países monitoram e castram pedófilos

O tratamento forçado para pedófilos (como a castração química) ainda é controverso. Na Itália, na França, na Inglaterra, na Polônia, na República Tcheca e em mais de dez estados norte-americanos já existem leis que permitem a castração, em vias de ser implementada na Espanha.

A França pune com maior rigor os delinquentes sexuais. Um condenado por pedofilia pode pegar de três a 15 anos de prisão. Pela lei, a castração química é voluntária para o pedófilo com risco de reincidência elevado. Resta ao preso optar entre a castração química depois de cumprida a pena ou a internação para tratamento intensivo por psicólogos. O presidente Nicolas Sarkozy pretende construir hospitais para esses criminosos e defende a castração obrigatória, à base de injeções, para os reincidentes.

Na Noruega, Dinamarca e Alemanha, os pedófilos maiores de 25 anos podem realizar voluntariamente a castração

química sem o benefício de redução da pena. Mas a lei alemã caiu no ano passado.

– A Corte Constitucional da Alemanha cassou a lei, por ofender o indisponível direito da pessoa humana, ainda que criminosa. Nem a voluntária anuência é aceita, pois é considerada uma forma de coação estatal – avalia o jurista Walter Maierovitch, no blog *Sem Fronteiras*.

Há países que adotam a castração genital de criminosos sexuais, como a República Tcheca, onde pelo menos uma centena de homens já foram submetidos a esse procedimento “irreversível e mutilador”. O governo tcheco assegura que as castrações tiveram consentimento por escrito dos condenados.



Cartaz da Campanha Nacional contra a Pedofilia estimula a vigilância e a denúncia de criminosos

Em relação à vigilância sobre pedófilos que deixam a prisão, França e Reino Unido, por exemplo, possuem um arquivo nacional, incluindo amostras de DNA. Por meio de tornozeleiras, os britânicos monitoram por satélite os ex-condenados. Na Bélgica, ex-presos podem optar por usar braceletes eletrônicos que permitem sua localização.



Presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta assina acordo para que Orkut forneça dados sobre criminosos

CPI já elaborou leis e firmou acordos inéditos

A CPI da Pedofilia pode ser uma das mais longas da história do Congresso. Criada em março de 2008 por iniciativa do senador Magno Malta (PR-ES), que a preside, a comissão tem atuado em parceria com a Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal (MPF) e organizações não governamentais. O balanço vai além das mais de 3 mil denúncias recebidas.

Foi gerado na CPI o texto da Lei 11.829/08, que aumentou de seis para oito anos a pena máxima de crimes de pornografia infantil na internet. A lei é considerada pelo presidente da ONG Safernet Brasil, Thiago Tavares, uma das mais avançadas do mundo. Além de aumentar a punição, tornou crime comprar, manter ou divulgar material pornográfico.

Já a Lei 12.015/08, originada na CPI, fixa punições maiores para crimes sexuais como pedofilia, assédio sexual contra menores e estupro seguido de morte.

A pena para qualquer crime sexual que resulte em gravidez terá aumento de 50%. A nova lei considera crime todo ato libidinoso contra menores de 14 anos e portadores de deficiência. Estuprar jovens entre 14 e 18 anos passou a valer até 12 anos de reclusão. O estupro seguido de morte, hoje punido com até 25 anos de prisão, passou para até 30 anos.

Ficou famoso o acordo inédito firmado com o Google para que o conteúdo de álbuns do Orkut suspeitos de conter material pedófilo fosse aberto e entregue à PF e ao MPF.

Acordos com empresas de telefonia e de acesso à internet permitem que, por requisição policial ou judicial, sejam fornecidos em três dias dados sobre pessoa investigada por crime de pedofilia.

No mês passado, a CPI aprovou a prorrogação dos trabalhos por seis meses. “Ainda há muita quebra de sigilo pela frente. A sociedade exige que nosso trabalho continue”, diz Malta.

Médico do ABC trata 30 pedófilos com injeções

Coordenado pelo psiquiatra Danilo Baltieri, o Ambulatório de Transtornos de Sexualidade da Faculdade de Medicina do ABC, em Santo André (SP), trata pedófilos que optam tomar injeções para diminuir o desejo sexual. O ABCSex atende cerca de 30 “pacientes”, mas enfrentou resistências.

Em 2007, motivado por matéria de *O Estado de S. Paulo*, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo avisou que o psiquiatra só poderia utilizar remédios diferentes dos quais estão registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária para fins de pesquisa. Porém, Baltieri não recebeu

nenhuma sanção pública.

O psiquiatra, membro do Conselho Penitenciário do estado, defende que as injeções sejam a última opção, restrita aos que não tiveram melhora com outras terapias. O tratamento é reconhecido pela Associação Internacional para o Tratamento de Agressores Sexuais.

comissões

Projeto unifica direitos dos usuários da saúde

Texto reúne em uma só lei o que hoje está disperso por vários códigos e até pela Constituição federal

Proposta que disciplina as relações dos pacientes com profissionais e serviços de saúde e assegura ao paciente direitos como o de não ser submetido a determinados tratamentos ou procedimentos e ter acesso a todas as informações sobre seu estado de saúde foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Apresentado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS) e inspirado em projeto do ex-senador Lúcio Alcântara, o texto vai agora ao exame da Comissão de Direitos Humanos (CDH), em decisão terminativa. Outras propostas com o mesmo objetivo haviam sido apresentadas por Pedro Si-

Respeito ao paciente

O projeto segue agora para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde receberá decisão terminativa

- Acesso irrestrito às **informações** relativas à sua doença e ao seu estado de saúde, inclusive ao conteúdo do prontuário
- Liberdade de **consultar outros profissionais de saúde**, além daqueles que o estiverem assistindo, a fim de obter outra opinião ou esclarecimento a respeito do seu diagnóstico, prognóstico ou tratamento
- Direito de **submeter-se ou não** a tratamento ou procedimento diagnóstico ou terapêutico
- **Confidencialidade** das informações referentes ao seu estado de saúde
- Respeito à **privacidade**
- Respeito à **intimidade**, física e moral, durante o período em que estiver sob os cuidados do serviço de saúde
- Manutenção de **objetos pessoais** durante o período de internação
- Direito à **comunicação** com familiares e amigos

Fonte: PLS 79/03

mon (PMDB-RS), Papaléo Paes (PSDB-AP) e pelo ex-senador Carlos Bezerra.

A proposição (PLS 79/03) unifica, para os pacientes atendidos por profissionais de saúde, direitos hoje dispersos pela Constituição, códigos e leis.

Entre os direitos (*veja quadro acima*), o projeto determina que os hospitais facilitarão o acesso dos pacientes e acompanhantes a assistência religiosa e deverão dispor de espaço destinado exclusivamente às atividades religiosas.

SUS deve priorizar crianças e adolescentes, diz projeto

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que prioriza atenção à saúde de crianças e adolescentes no Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta (PLS 227/08) define práticas preventivas nos cuidados com a saúde infanto-juvenil e estabelece normas para atendimento médico, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida na infância e na adolescência e, consequentemente, da população brasileira adulta. Para a relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a ação preventiva é fundamental para detectar doenças que podem surgir em outra fase do desenvolvimento da criança.

País terá medicamentos veterinários genéricos

O Brasil deverá contar com medicamentos genéricos de uso veterinário, a exemplo da já bem sucedida experiência dos remédios de uso humano. Texto elaborado pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT) a partir de três propostas sobre o assunto – dois projetos da Câmara (PLCs 3/05 e 39/06) e um do Senado (PLS 209/02) – foi acatado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Antes do Plenário, o texto será examinado pela CAS. Com relação ao produto já registrado, o genérico não poderá diferir na fórmula, mas somente em tamanho, forma de apresentação, prazo de validade, embalagem e rotulagem.



GERALDO MAGELA

Osmar Dias espera, com seu projeto, que trabalho das comissões ajude a reduzir as filas de transplantes

Busca por mais doadores de órgãos

O Sistema Nacional de Transplantes ficará obrigado a criar organizações de procura de órgãos e tecidos para transplante, define o PLS 347/07, do senador Osmar Dias (PDT-PR), aprovado pela CAS com emendas do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE). As novas organizações identificarão doadores potenciais de órgãos, tecidos ou partes do corpo para fins de transplante ou tratamento. A decisão da CAS tem caráter terminativo, mas será necessária uma segunda votação antes de enviar a proposta à Câmara porque o texto original foi alterado. Outro projeto (PLC 111/09) acolhido pela CAS, relatado por Renato Casagrande (PSB-ES), exige prescrição de medicamentos que contenham antimicrobianos apenas por profissional habilitado, bem como a retenção da receita pelo estabelecimento de venda.

SEGURO-DESEMPREGO

A CAS aprovou, em decisão terminativa, o PLS 668/07, que aumenta em dois meses o período de recebimento do seguro-desemprego, no caso de trabalhadores que tenham sob sua responsabilidade pessoa com deficiência. A proposta original é de Marisa Serrano (PSDB-MS).

CMO PERDE PRAZO

Os projetos de abertura de crédito ao Orçamento serão examinados diretamente em sessão do Congresso porque terminou na sexta-feira o prazo que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) teria para deliberar, informou o relator-geral do Orçamento de 2010, deputado Geraldo Magela (PT-DF).

ENERGIA NO MERCOSUL

O Acordo de Complementação Energética firmado em dezembro de 2005 pelos países do Mercosul foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Relatado por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), será submetido ao Plenário, em regime de urgência.

EMBAIXADOR NA ARGENTINA

A indicação do diplomata Enio Cordeiro para o cargo de embaixador na Argentina foi acolhida pela CRE. Essa é a primeira designação de Enio para a chefia de uma embaixada, tendo passado por diversos cargos e missões internacionais, desde 2004, na área da América Latina.

PROMOÇÃO DE TAIFEIROS

A CCJ aprovou projeto (PLC 282/09) que permite aos militares oriundos do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica (QTA) o acesso às graduações superiores, na inatividade e limitado à última graduação do QTA (suboficial). A regra vale para quem ingressou na Aeronáutica até 31/12/92.

projetos aprovados

De 16 a 20 de novembro

Plenário

Vão à promulgação

- ➔ **PDS 389/09** – Convenção 185, sobre documento de identidade de trabalhador marítimo.
- ➔ **PDS 390/09** – Acordo de cooperação técnica na área de turismo com o Equador.
- ➔ **PDS 396/09** – Acordo de extradição com Moçambique.
- ➔ **PDS 499/09** – Acordo de cooperação na área de defesa com o Suriname.
- ➔ **PDS 656/09** – Acordo de cooperação técnica com Burquina Faso.
- ➔ **PDS 660/09** – Memorando na área de bio-combustíveis com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano.
- ➔ **PDS 719/09** – Acordo de cooperação na área de defesa com o Chile.

Indicações – Foram aprovadas as seguintes indicações presidenciais para os cargos de embaixador do Brasil: em São Cristóvão e Névis, Miguel Júnior Chaves de Magalhães; na Etiópia, Isabel Cristina Heyvaert; em São Vicente e Granadinas,

Renato Xavier; em Trinidad Tobago, Haroldo Valladão Filho; nos EUA, Mauro Luiz Lecker; na Argentina, Enio Cordeiro. Augusto César Leite de Carvalho foi aprovado para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Comissões

CAS – Vão à Câmara

- ➔ **PLS 668/07**, de Marisa Serrano (PSDB-MS) – Aumenta o período do seguro-desemprego para responsável legal por pessoa com deficiência.
- ➔ **PLS 620/07**, de Alvaro Dias (PSDB-PR) – Trata da profissão de técnico em prótese dentária.
- ➔ **PLS 456/08**, de Paulo Paim (PT-RS) – Estabelece parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria para pescadores da Lagoa dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul.
- ➔ **PLS 322/06**, de Demostenes Torres (DEM-GO) – Determina que trabalhador com 65 anos ou mais possa movimentar sua conta do FGTS.
- ➔ **PLS 454/03**, de Gerson Camata (PMDB-ES) – Estabelece condições de trabalho e piso salarial dos técnicos e auxiliares de enfermagem.

- ➔ **PLS 175/05**, de Valdir Raupp (PMDB-RO) – Regulamenta a profissão de taxista.
- ➔ **PLS 140/09**, de Gilvam Borges (PMDB-AP) – Fixa o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas.
- ➔ **PLS 210/02**, do ex-senador Mauro Miranda – Estabelece o fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do vírus HIV.
- ➔ **PLS 157/09**, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) – Obriga calendários diferentes de vacinação para pessoas com baixa resistência imunológica.
- ➔ **PLS 281/08**, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – Fixa prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar contribuição sindical.
- ➔ **PLS 159/03**, de Marcelo Crivella (PRB-RJ) – Concede auxílio-alimentação aos trabalhadores de empresas de serviços terceirizados.
- ➔ **PLS 447/09**, de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) – Concede anistia ao empregador doméstico sobre contribuições devidas à Seguridade Social.
- ➔ **PLC 220/09** – Redefine critérios para caracterizar atividades ou operações perigosas. À sanção.

CRE

- ➔ **PLS 218/09**, de Magno Malta (PR-ES) – Passa para a Justiça Militar o julgamento de crimes dolosos cometidos no abate de aeronaves civis.
 - ➔ **PLC 282/09** – Assegura acesso às graduações superiores aos taifeiros da Aeronáutica. À sanção.
- CDH**
- ➔ **PLC 60/09** – Cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. À sanção.
- CE**
- Vão à Câmara**
- ➔ **PLS 446/08 e PLS 430/08**, de Flávio Arns (PSDB-PR) – Autoriza a criação das escolas técnicas federais de União da Vitória (PR) e de Nova Laranjeiras (PR).
 - ➔ **PLS 402/05**, de Marcelo Crivella (PRB-RJ) – Obriga aeroportos e bases aéreas a homenagearem Alberto Santos Dumont.
 - ➔ **PLS 340/09**, de José Agripino (DEM-RN) – Denomina Rodovia Tenente-Brigadeiro Murilo Santos o trecho entre o portão secundário da base aérea até as margens da BR-101, em Natal.

comissões

A cobertura completa dos debates das comissões registrados abaixo está disponível em www.senado.gov.br/jornal.

PUBLICIDADE DE ALIMENTOS

As crianças menores de seis anos não conseguem diferenciar publicidade da programação de entretenimento a que assistem na TV. Assim, elas estão mais propensas a consumir produtos anunciados, que, muitas vezes, são alimentos não saudáveis. As observações foram feitas pela pesquisadora do Centro de Pesquisa em Alimentação Saudável do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB) Renata Fagundes, no debate promovido pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS). Renata Fagundes informou que quase 70% das peças publicitárias veiculadas na TV são direcionadas ao público infantil. A pesquisa também mostrou que 96,7% da propaganda de comida divulga alimentos não saudáveis.

REDUZIR DESIGUALDADE

No primeiro debate sobre "Infraestrutura e políticas públicas" na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), os pesquisadores do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea) Ricardo Paes de Barros e Jorge Abrahão de Castro apresentaram dados que mostram a evolução do país nos últimos anos na redução da pobreza e na garantia do acesso aos bens básicos. Porém, ainda há muito a ser feito para reduzir a distância entre os mais ricos e os mais pobres. O acesso ao saneamento básico não ocorreu na mesma proporção da redução da pobreza.

TV POR MICRO-ONDAS

Os operadores de televisão por assinatura por meio de micro-ondas (MMDS) conquistaram o apoio da maioria dos senadores no debate da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre a consulta pública da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a respeito da destinação da faixa de frequência de 2,5 GHz. A Anatel propõe mudar o uso da faixa, reduzindo a disponibilidade para empresas que operam com MMDS, o que, então, abriria caminho para a quarta geração de telefonia móvel (4G).

QUEDA NOS RECURSOS DO FUNDEB

Este ano, a queda da arrecadação dos impostos que constituem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) deixou os municípios sem condições de investir em educação e, em muitos casos, sem recursos para pagar salários de professores. O alerta foi feito na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) por especialistas que pediram uma solução emergencial para o problema. A presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Yvelise Arco-Verde, informa que a previsão inicial de R\$ 76,8 bilhões para 2009 cai para R\$ 67,6 bilhões. Nos municípios, conforme Selma Maquiné, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), a queda foi de R\$ 4,6 bilhões.

agora é lei

Proibidas duas matrículas em universidade pública

Foi sancionada pelo presidente Lula a Lei 12.089/09, que proíbe a matrícula de estudantes em dois cursos simultaneamente nas instituições públicas de ensino superior. O objetivo é garantir a abertura de vagas para mais jovens e evitar o desperdício de dinheiro público, uma vez que muitos alunos que fazem dois cursos desistem de um deles.

A partir do próximo ano, o estudante aprovado em vestibulares que fizer mais de uma matrícula terá prazo de até cinco dias úteis para optar por uma das vagas. Se não houver manifestação dentro desse prazo, o estabelecimento deverá providenciar o cancelamento da matrícula mais antiga, caso a duplicidade ocorra em instituições diferentes, ou da mais recente, se forem matrículas em cursos de uma mesma instituição.

Para os alunos que já estão em dois cursos, a permanência fica garantida até a conclusão dos estudos. A lei entra em vigor no dia 12 de dezembro, 30 dias após a publicação.

Projeto equilibra ação do MP e das polícias

Poderes das duas instituições em investigações penais, alvo de 14 ações no STF, são harmonizados em relatório de Mercadante à CCJ

Aloizio Mercadante (PT-SP) viabilizou entendimento entre o Ministério Público (MP) e as polícias (civil e federal) em torno do PLS 150/06, que define organização criminosa e regula a investigação criminal, estabelece os meios de obtenção de prova e o procedimento criminal a ser seguido contra o crime organizado. Relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Mercadante apresentou seu parecer na semana passada, mas Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu mais uma semana para avaliar o texto.

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar 14 ações diretas de inconstitucionalidade sobre os poderes do MP e da polícia em investigações de infrações penais. Mesmo tendo relação direta com o projeto, o processo no STF não inviabiliza a votação do PLS 150/06, de Serys Slhessarenko (PT-MT).

– Esse amplo entendimento entre duas instituições fundamentais no combate ao crime vai fortalecer o



Relator na CCJ, Mercadante (D, ao lado de Demostenes) anuncia que polícia será responsável pela investigação penal e MP pelo controle externo das polícias

Estado no enfrentamento dessas organizações – avaliou Mercadante.

O acordo resultou na definição do papel do MP como órgão de controle externo das polícias e na manutenção da competência da polícia na área penal. No substitutivo de Mercadante, um membro do MP passará a acompanhar

inquéritos que envolvam policiais denunciados por corrupção. Também ficou definido que tanto polícia quanto MP poderão solicitar dados bancários e telefônicos.

O texto aperfeiçoa a colaboração premiada e amplia a pena, em 12 anos, para chefes de organizações criminosas.

Insegurança para policiais que buscam aposentadoria especial

A CCJ debateu a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre divergências na interpretação da Lei Complementar 51/85 – que trata da aposentadoria do funcionário policial – pelo Poder Judiciário. O senador Valter Pereira (PMDB-MS), que analisou o aviso do TCU, observa que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem rejeitando a lei complementar, o que gera grande insegurança para os policiais.

Pereira entende que a saída para o impasse é a aprovação de projeto de lei (PLS 68/03)

do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que regulamenta o parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição federal. O texto dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos portadores de deficiência, aos policiais que exerçam atividades de risco e aos servidores que exerçam atividades sob condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

– O aviso do TCU reafirma a necessidade de acelerar a votação do projeto – concluiu o relator.

Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste pode ser criado

A CCJ e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovaram o projeto (PLS 303/08) que autoriza a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO). Pelo texto das comissões, os cerca de R\$ 12 bilhões do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), hoje depositados no Banco do Brasil, depois de 15 anos, serão transferidos progressivamente ao BDCO. A emenda que levou à aprovação da proposta foi apresentada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que é a autora do projeto.

O futuro banco deve apoiar projetos no Centro-Oeste, num papel similar ao que o Banco da Amazônia (Basa) e o Banco do Nordeste (BNB) exercem naquelas regiões. A principal fonte de receitas será o FCO, criado pela Constituição de 1988 com os fundos para o Norte e o Nordeste. Os três fundos recebem 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na seguinte proporção: 1,8% para o Nordeste, 0,6% para o Norte e 0,6% para o Centro-Oeste.

CCJ aprova criação da Região Integrada de Macapá e Santana

A CCJ aprovou o projeto (PLS 111/05), do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que autoriza a criação da Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana, no Amapá. Para isso, deve ser elaborado programa que preveja a unificação dos serviços públicos, especialmente tarifas, incentivos fiscais, créditos, fretes e seguros. Papaléo argumenta que os municípios são os que mais crescem no estado e abrigam 76% da população. O relator na CCJ foi Romero Jucá (PMDB-RR).

CDH adia votação de proposta contra a homofobia

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) adiou a decisão sobre o substitutivo da senadora Fátima Cleide (PT-RO) a projeto (PLC 122/06) que pune com pena de um a três anos de prisão a discriminação contra pessoa idosa ou com deficiência e ainda em razão da orientação sexual. A votação só será feita depois da realização de um novo debate sobre o tema.

O presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), deu mais uma semana para que os senadores analisem o projeto e consigam vencer as fortes divergências que existem.

decisões

Municípios poderão decidir sobre áreas de conservação

Para exercer essa autonomia será preciso ter plano diretor atualizado, participação da sociedade e órgãos de fiscalização

A decisão sobre a criação de áreas de preservação permanente em espaços urbanos deve caber exclusivamente aos municípios. Este foi o entendimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), ao aprovar proposta de Raimundo Colombo (DEM-SC). O projeto (PLS 107/09) foi alterado pelo relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), e ainda será examinado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Atualmente, o Código Flo-

restal determina que as áreas de preservação permanente devem ser definidas de acordo com os requisitos estabelecidos nos planos diretores e leis de uso do solo urbano, desde que respeitados os princípios e limites da legislação ambiental. Ou seja, os estatutos municipais têm como limite os critérios do Código Florestal, onde são definidas como áreas de preservação permanente florestas e todas as formas de vegetação situadas ao longo dos rios, em torno de lagoas, no topo de morros e nas encostas, entre outras.

Pela proposta, só terão direito de definir

as áreas de preservação permanente os municípios que tiverem plano diretor aprovado e atualizado e colegiados deliberativos com atuação na política urbana e ambiental, com participação da sociedade; e contarem com órgãos executivos de planejamento, gestão e fiscalização nessas duas áreas.

Raimundo Colombo afirma que, desde a criação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), os planos diretores são elaborados



OSÉ CRUZ

Para Gilberto Goellner, o projeto concilia a proteção ambiental com a demanda própria do crescimento urbano

sob a ótica do desenvolvimento sustentável, mediante consulta à comunidade. Por isso, ele considera correto transferir para a esfera municipal o poder de decidir sobre a questão se as prefeituras já estiverem adaptadas à legislação atual.

Na opinião de Goellner, o projeto concilia a necessidade de proteção ambiental e preservação dos recursos naturais com a demanda própria do processo de crescimento urbano.

Marina quer fixar meta de emissão de carbono em lei

Marina Silva (PV-AC) sugeriu a inclusão da meta, anunciada pelo presidente Lula, de reduzir as emissões de carbono entre 36,1% e 38,9% das emissões previstas para 2020 no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que está em análise na Câmara e depois deverá ser submetido à apreciação do Senado.

A sugestão foi feita durante a apresentação, pelo deputado Colbert Martins (PMDB-BA), do relatório de atividades da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), que reúne as sugestões e propostas para a redução do aquecimento global a serem discutidas na próxima semana pelo colegiado. Marina ressaltou que a fixação da meta em lei favorecerá o acompanhamento pela sociedade do seu cumprimento.

– Da mesma forma que vamos instituir as metas sociais, e está correto isso, teremos que fazer o mesmo também em relação à agenda de mudanças climáticas – afirmou.

A proposta do governo será levada à 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-15), que acontece em dezembro em Copenhague, na Dinamarca.

O deputado Sarney Filho (PV-MA) advertiu os parlamentares quanto à “falta de consenso” sobre a institucionalização das metas, lembrando proposta nesse sentido rejeitada na Câmara.

Uma das sugestões do relatório da CMMC é a criação de limites legais para as perdas de energia nas etapas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O documento ainda recomenda a votação de diversos projetos relacionados às mudanças climáticas em tramitação no Congresso, e também sugere a alguns setores da economia medidas visando à proteção ambiental e à redução do aquecimento global.

Copa 2014 e Olimpíadas 2016: grupo proporá gestão ambiental

A Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou na última terça-feira a criação de um grupo de trabalho para elaborar normas com padrões sustentáveis e ambientalmente adequados para obras e serviços públicos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Pelo requerimento do presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), o grupo deverá ser coordenado pelo consultor do Senado, Hipólito Gadelha Remígio, e integrado pelos presidentes das associações brasileiras de Energia Alternativa e Meio Ambiente (Abeama), de Empresas de Energia Renovável (Abeer), de Energia Eólica (Abeeólica) e de Refrigeração, Ar-Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abra-va). Além deles, fará parte do

grupo o especialista em energia renovável Celso de Oliveira.

Serão convidados ainda representantes dos ministérios do Meio Ambiente, de Minas e Energia, da Indústria e Comércio e de Ciência e Tecnologia, bem como da Eletrobrás, Eletronorte, Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das universidades de São Paulo (USP) e de Brasília (UnB).

A iniciativa faz parte dos esforços do Senado para acompanhar de perto as obras que serão executadas para os dois megaprojetos esportivos. Uma rede de fiscalização está sendo montada envolvendo diferentes órgãos do Legislativo, nas três esferas de governo e no Ministério Público para fornecer em tempo real na internet todas as informações sobre gastos feitos para melhorar a infraestrutura das cidades.

BIODIVERSIDADE

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na última quarta-feira o Projeto de Lei 583/07, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que cria a Fundação Instituto de Pesquisa da Biodiversidade Brasileira (Biobras), voltada para a bioprospecção, a divulgação do conhecimento adquirido e a promoção do aproveitamento econômico da biodiversidade. O relator, Gilvam Borges (PMDB-AP), decidiu não acolher voto em separado de Marina Silva (PV-AC), pela rejeição da proposta. Crivella lembrou que o Brasil é um dos países mais ricos em diversidade biológica e, no entanto, tem investido muito pouco na pesquisa científica voltada ao aproveitamento econômico.

MEIO AMBIENTE

O Fundo Nacional do Meio Ambiente receberá anualmente a renda líquida de dois concursos da Loteria Esportiva Federal. É o que determina projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se não houver recurso para análise em Plenário, a matéria segue para a Câmara. Segundo o relator, Valdír Raupp (PMDB-RO), a medida é importante para o financiamento de projetos ambientais.

RECURSOS HÍDRICOS

A inclusão da capacitação de recursos humanos na relação de instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PLS 417/03) foi aprovada na última quarta-feira pela Comissão de Justiça (CCJ). Para o autor, o então senador Paulo Octávio, existe uma grande demanda por capacitação em gestão de recursos hídricos por parte do governo e da população. A proposta segue para a CAS.

ambiente legal

ONU: famílias menores ajudarão o clima

Se as famílias decidirem ter menos filhos ajudarão de maneira significativa na redução dos gases que geram efeito estufa. Relatório da ONU afirma que uma redução de 1 bilhão de pessoas em relação à população estimada para 2050 (10,5 bilhões) representaria uma diminuição das emissões equivalente à que se alcançaria se todas as usinas a carvão fossem substituídas por energia eólica.

Destaque para o papel da mulher

O relatório da ONU defende ainda a necessidade de se debater os efeitos do crescimento populacional, observando que o acesso da mulher ao planejamento familiar poderá ter um impacto muito positivo no

combate às mudanças no clima e enfatizando que a discussão está centrada apenas no desenvolvimento de tecnologias e na obtenção de financiamento para diminuir as emissões de gases do efeito estufa.

Temperatura pode subir 6°C até o fim do século

Um novo estudo publicado na revista *Nature Geoscience* mostra que, se não houver um esforço mundial para diminuir a queima de combustíveis fósseis, a temperatura do planeta poderá aumentar em 6 graus Celsius neste século. “Existe um abismo claro entre o caminho que estamos seguindo e o que é necessário para limitar o aquecimento global a 2 graus Celsius [nível considerado relativamente seguro por especialistas]”, diz Corinne Le Quéré, da Universidade de East Anglia (Reino Unido) e coautora da pesquisa.

Cientistas brasileiros sequestram CO₂

Principal responsável pelo aquecimento global, o dióxido de carbono poderá ser transformado em insumo industrial, mediante o uso de esferas de cerâmica que filtram o gás nas chaminés das fábricas. A novidade foi anunciada por dois químicos da UFMG – Jadson Belchior e Geraldo Lima. Os cientistas dizem que a invenção demonstrou, de início, ser capaz de sequestrar 40% do gás carbônico emitido pela queima de combustíveis, mas eles esperam chegar a 60% na segunda fase da pesquisa.

São Paulo quer veículos mais limpos

O governo de São Paulo apresentou projeto de lei que torna obrigatória a inspeção de todos os veículos do estado, por meio do Programa de Inspeção e Manutenção Veicular, que deverá verificar a emissão de gases poluentes e a produção de ruídos. No estado, apenas a capital faz essa fiscalização, implantada gradualmente no ano passado. O objetivo é reduzir a emissão de poluentes, mantendo-a dentro dos padrões recomendados pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente.

comissões

Regulamentação de cadastro de crianças desaparecidas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou na última quarta-feira projeto que regulamenta o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Pela proposta (PLC 60/09), o cadastro deverá reunir informações, como características físicas e dados pessoais, sobre crianças e adolescentes registrados como desaparecidos em órgãos de segurança pública federal ou estadual.

Atualmente, um cadastro com o mesmo nome é mantido na internet pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, com apenas 45 instituições cadastradas, em sua maioria delegacias.

A proposta estabelece ainda

que os recursos para o desenvolvimento, a instalação e a manutenção da base de dados sairão do Fundo Nacional de Segurança Pública. A forma de acesso, atualização e validação das informações será definida em convênio a ser firmado entre União, estados e Distrito Federal.

Segundo o relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), o texto tem o mérito de delegar ao Poder Executivo as ações administrativas que irão concretizar o cadastro, mas deixando a regulamentação e operacionalização a critério dos convênios.

A proposta foi aprovada em decisão terminativa e agora será encaminhada à sanção presidencial.

Parcelamento de débitos com a Seguridade para pescadores

Pescadores prejudicados por danos ambientais ou ecológicos poderão parcelar seus débitos com a Seguridade Social. É o que estabelece projeto de Paulo Paim (PT-RS) aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que prevê o parcelamento em prestações de até 30% do valor da renda mensal do benefício.

A CAS também aprovou projeto de Alvaro Dias (PSDB-PR) que regulamenta a profissão de técnico em prótese dentária e prevê o reconhecimento de diplomas de cursos similares expedidos por escolas de ensino médio estrangeiras.

A regulamentação da profissão de taxista (PLS 175/05),

de Valdir Raupp (PMDB-RO), também foi aprovada, bem como proposta (PLC 220/09) da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que redefine os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas.

Outro projeto acatado na CAS foi o de Gilvam Borges (PMDB-AP) que estabelece piso salarial para médicos e cirurgiões dentistas e fixa a jornada de trabalho desses profissionais em quatro horas diárias ou 20 horas semanais. A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), informou que a medida pode evitar que muitos profissionais exerçam a profissão no setor privado.

FUSO HORÁRIO

A população do Acre poderá ser ouvida no próximo ano sobre recente alteração no horário do estado. A realização de referendo com esse objetivo, prevista em projeto de decreto legislativo (PDS 867/09) do deputado Flaviano Melo (PMDB-AC), foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para o relator, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), esta "é a melhor oportunidade de, finalmente, ouvirmos o que pensa e o que quer a população acreana, e qual a melhor solução em relação a essa alteração abusiva do horário que regula a vida dos cidadãos e lhes impõe ônus que não provocaram, que não desejaram, mas que, lamentavelmente, foi decidida por medidas unilaterais do poder público".

A matéria deverá ser votada pelo Plenário em regime de urgência.

ESPORTE

Mais de 60 atletas olímpicos e paraolímpicos, de diversas modalidades esportivas, acompanhantes e dirigentes de confederações desportivas estiveram na quarta-feira na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para pedir apoio ao esporte. Flávio Arns (PSDB-PR), que presidia audiência pública na CE, interrompeu os debates para receber o grupo e manifestar a disposição do colegiado de fazer uma parceria com os atletas em prol do esporte no país.

ESTÁGIO-VISITA

Como forma de divulgar a atividade parlamentar entre os universitários, a CCJ aprovou na quarta-feira projeto que cria o estágio-visita no Senado. Pela proposta (PRS 11/09), o estágio compreenderá visitas orientadas e participação em palestras, conferências e seminários sobre o Legislativo, em especial o Senado, com duração máxima de cinco dias corridos. A matéria ainda será examinada pelas comissões de Educação (CE) e Diretoria do Senado, antes de ir a Plenário.



Marisa Serrano, entre Sérgio Zambiasi e Flávio Arns: senadores entenderam que professor precisa se sentir mais protegido

Aprovada a punição para estudante agressor

Projeto prevê troca de escola, proibição do aluno aproximar-se do docente agredido e inserção do professor em programas de assistência

Os alunos que praticarem violência contra professor poderão ser transferidos para outra sala de aula, afastados da escola ou ainda proibidos de aproximar-se do professor ofendido ou de seus familiares. É o que determina projeto de lei (PLS 191/09) do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado na última terça-feira pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

De acordo com a proposta, será considerada violência contra o professor "qualquer ação ou omissão decorrente da relação de educação que lhe cause morte, lesão corporal ou dano patrimonial", praticada direta ou indiretamente por alunos ou seus pais ou responsáveis.

Se necessário, determina ainda o texto aprovado, a Justiça poderá encaminhar o professor a um programa oficial ou comunitário de proteção ou assistência, além de determinar a manutenção

do seu vínculo trabalhista por até seis meses, quando houver o afastamento do local de trabalho.

O relator, Gerson Camata (PMDB-ES), observou que 89% dos professores – segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – gostariam de contar com uma lei que os protegesse de agressões praticadas por alunos.

– Precisamos proteger também o professor. Todos olham para o aluno, mas é importante estar atento também para a situação do professor – disse Paim durante a discussão da proposta.

Também recebeu parecer favorável da comissão o PLS 251/09, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que autoriza o governo federal a implantar – em articulação com estados e municípios – o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Save).

Segundo a proposta, relatada por Flávio Arns (PSDB-PR), o sistema atuará prioritariamente na produção de estudos, levantamentos e mapeamento de ocorrências de violência escolar.

– A maior preocupação da sociedade hoje não é mais com a qualidade do ensino, mas com a violência escolar – disse Arns.

As duas propostas seguem agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outros três projetos foram aprovados: o PLS 430/08, de Flávio Arns, autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras (PR); o PLS 402/05, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), obriga os aeroportos e bases aéreas a manter homenagem permanente ao "Pai da Aviação", Santos Dumont; e o PLS 340/09, de José Agripino (DEM-RN), denomina Rodovia Tenente-Brigadeiro Murilo Santos trecho da BR-101 localizado na cidade de Natal.

Agricultura familiar deve ter extensão rural e assistência

Proposta que cria a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) foi aprovada na terça-feira pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O texto inclui ainda programa para implementar a política de extensão rural.

Em seu parecer, o relator, Renato Casagrande (PSB-ES), ressaltou que o projeto (PLC 219/09) busca acelerar o processo de organização da produção de agricultores familiares e assentados, propiciando o avanço da modernização tecnológica. Ele lembrou, no entanto, que a política de extensão rural deverá obedecer a princípios da agricultura de base ecológica, promovendo preferencialmente a orientação técnica voltada ao desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis.

Comissão aprova concessão de bolsas pelo FNDE e CNPq

A Comissão de Educação aprovou proposta que concede Bônus Especial de Desempenho Institucional a servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e altera critérios de promoção das carreiras de Suporte à Infraestrutura de Transportes e de Técnico Administrativo.

Ainda pelo PLC 281/09, do Poder Executivo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fica autorizado a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos e programas de ensino e extensão voltados para populações indígenas, quilombolas e do campo. Também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) recebe autorização para conceder bolsas para projetos de extensão universitária, aprovadas pelos colegiados competentes.

plenário

Paim: fome atinge 15% da população mundial

No Dia da Consciência Negra, senador destaca que, na Ásia, Pacífico e África, 913 milhões de pessoas de diversas etnias têm dificuldade de acesso a comida

No Dia da Consciência Negra – celebrado em 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares, líder da resistência negra à escravidão morto nessa data em 1695 –, Paulo Paim (PT-RS) protestou contra uma forma de preconceito que se abate sobre pessoas das

diversas etnias: a fome.

O senador destacou que, segundo relatório sobre insegurança alimentar elaborado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 1,2 bilhão de pessoas (15% da população mundial) não tem sequer uma refeição por

dia e vive em estado de miséria absoluta. O retrato mundial da fome divulgado pela ONU evidencia a Ásia, o Pacífico e a África como líderes no contingente de famintos (913 milhões de pessoas). O estudo atesta ainda que a recente crise financeira mundial agravou essa realidade nos países pobres, o que reforça sua conclusão de que o problema da fome do mundo não está na escassez, mas na falta de acesso à comida. Em relação ao Brasil, o relatório aponta, de acordo com Paim, 11,9 milhões de pessoas (6,3% da população) passando fome. Apesar de o país exibir a mais baixa taxa de famintos na América Latina e figurar entre as 16 nações que deverão alcançar o objetivo de reduzir a fome em 50% até 2015, o senador cobra avanços maiores na área de segurança alimentar.

Paim também apelou pela aprovação, até o final do ano, do Estatuto da Igualdade Racial.



Paim cobra avanços maiores na área de segurança alimentar no Brasil, mas ressalta que o país exibe a mais baixa taxa de famintos na América Latina

Casagrande lamenta desigualdades no país

Renato Casagrande (PSB-ES) disse lamentar que o preconceito racial ainda persista no país. Em discurso no Dia da Consciência Negra, o senador destacou que a população brasileira é formada pela mistura de índios, brancos e negros.

– Já passou da hora de a sociedade deixar de alimentar a desigualdade entre brancos e negros, prática dos tempos do Brasil colônia – disse ele.

Casagrande citou reportagem transmitida pela emissora de rádio CBN em que dois jornalistas, um negro e outro branco, vesti-

dos de maneira igual, percorrem as mesmas lojas, na zona sul do Rio de Janeiro, em momentos distintos, e são tratados de forma completamente diferente.

O senador lamentou os dados revelados pela pesquisa mensal de emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual indica que, em setembro, a remuneração média de trabalhadores brancos foi 90,7% maior do que a de profissionais negros e pardos. Durante a crise econômica, disse, esse índice chegou a 102%, conforme reportagem do jornal *O Estado*

de S. Paulo. Casagrande afirmou esperar que a sociedade como um todo passe a ter consciência de que o preconceito favorece o atraso social e cultural do país.

Segundo o parlamentar, é necessário ainda que o Congresso encontre uma saída para o reajuste dos aposentados que ganham mais de um salário mínimo. Ele disse reconhecer as dificuldades do governo, mas ressaltou também os prejuízos que os aposentados estão sofrendo nos últimos anos em razão da redução do poder de compra de seus salários.

Cristovam quer prioridade para erradicação do analfabetismo

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse lamentar o fato de o presidente Lula ter despertado somente agora, segundo notícia do jornal *O Globo*, para o problema do analfabetismo. Com 14 milhões de analfabetos adultos, observou o senador, o país não poderá fazer uma boa apresentação na Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea), que terá início no dia 1º de dezembro, em Belém.

Segundo o senador, em sua gestão à frente do Ministério da Educação, foi criada uma secretaria para erradicar o

analfabetismo em quatro anos, com o programa Brasil Alfabetizado. Mas, segundo Cristovam, a secretaria foi fechada quando outro ministro assumiu em seu lugar.

O senador também manifestou preocupação com outra notícia divulgada pelo jornal *O Globo* segundo a qual, em 2007, foram assassinadas 4.156 crianças no país. Ele lamentou a dificuldade de aprovação pelo Congresso de projeto (PLS 50/05) de sua autoria que cria a Agência Nacional de Proteção da Criança e do Adolescente.

Mesquita Júnior critica declaração de Tarso Genro sobre a Itália

A declaração do ministro da Justiça, Tarso Genro, que disse identificar influências “fascistas” em ameaças de setores do governo da Itália em função da permanência do ativista italiano Cesare Battisti no Brasil, foi criticada por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

– Ressalvo, inclusive, a possibilidade de o ministro não ter dito isso, de haver um equívoco [da imprensa, que publicou a declaração] – afirmou.

Para o senador, Tarso Genro tem todo o direito de justificar a concessão de refúgio a Battisti pelo Brasil, mas considera que não cabe ao ministro o direito de sugerir a existência de

fascismo no governo italiano, “agredindo com grosserias e impropérios o governo legitimamente constituído de um país com o qual temos tradição de camaradagem, amizade e cooperação”.

Mesquita frisou a “posição de subserviência” do Legislativo e Judiciário ao presidente da República, especialmente depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) delegou a Lula a decisão de extraditar ou não Battisti.

– A gente precisa antes olhar aqui para o próprio umbigo e ver se, na prática, não estamos a fazer a mesma coisa, já que não considero que isso [fascismo] esteja sendo feito lá fora.

Mozarildo destaca a importância do voto e da conscientização dos eleitores para a democracia



JOSE CRUZ

Mozarildo pede que sociedade debata honestidade de políticos

A sociedade e as instituições devem se mobilizar para moralizar a política brasileira, conclamou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador disse que, nas eleições de 2010, a população terá a oportunidade de melhorar a qualidade dos políticos. Mozarildo informou que a Maçonaria já está promovendo discussões para conscientizar as pessoas da importância do voto. Ele sugeriu que outras instituições, como Rotary Club e Lions Club, bem como escolas e igrejas, também promovam debates sobre o tema.

– O eleitor, do mais simples ao

mais letrado, tem que valorizar seu voto. Tem que ver como é a vida do candidato em que ele vai votar, o que ele faz, como é seu comportamento social, se tem uma conduta limpa, idônea. Tem que ver também que experiência e que capacidade tem para ocupar o cargo público – disse.

Na avaliação do senador, o debate deve ser iniciado este ano. O voto, segundo ele, poderá ser usado para gerar uma revolução democrática e eleger bons políticos. Esse trabalho de convencimento das pessoas, enfatizou, não pode ficar apenas nas mãos dos políticos.

Simon defende proposta que exige "ficha limpa" de candidatos

Ao protestar contra “a inércia que está se instalando na população”, Pedro Simon (PMDB-RS) conclamou o Congresso a aprovar proposta de iniciativa popular para possibilitar o registro de candidaturas exclusivamente de quem tenha “ficha limpa”, ou seja, daqueles que não estejam respondendo a processo judicial.

– Foram mais de um milhão os que aderiram ao projeto – disse.

Segundo Simon, o Brasil se preocupou muito nos últimos tempos em conhecer o eleitor e dispõe de tecnologia eleitoral

imitável pelas grandes nações do planeta. Mas não se preocupou em conhecer os eleitos e certificar-se de sua lisura ética e moral, ressaltou.

O senador havia apresentado uma emenda ao projeto de reforma eleitoral exigindo a exclusão dos candidatos “fichas sujas”, mas a versão aprovada no Congresso não contemplou sua emenda, disse.

Simon afirmou que, com a atual proposta em tramitação, com verdadeira legitimidade popular, a sua sugestão está tendo uma segunda chance de aprovação.

APOSENTADOS

A vigília realizada na semana passada por aposentados, na Câmara dos Deputados, pedindo o fim do fator previdenciário, foi destacada por Mão Santa (PSC-PI). O senador acusou a Previdência Social de descumprir contrato firmado com os trabalhadores ao deixar de repassar aumento real aos benefícios.

GARCIA NETO

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) lamentou o falecimento, na última sexta-feira, do ex-governador de Mato Grosso José Garcia Neto, de 87 anos, “uma das maiores figuras públicas do estado”, segundo o senador. Na presidência da sessão, Paulo Paim (PT-RS) comunicou que encaminharia à família de Garcia Neto voto de pesar.

institucional

Aluna gaúcha vence concurso de redação

“Cada ser humano que habita o país é membro de um time, a República”: Simone Gatto compara o Brasil a uma equipe esportiva e leva a premiação

Uma celebração à cultura e à democracia, marcada por um clima de descontração e euforia. Assim foi a cerimônia de premiação do 2º Concurso de Redação do Senado, realizada no Salão Negro do Congresso na última quinta-feira, e que abriu a solenidade de comemoração ao Dia da Bandeira.

O concurso teve como tema “Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil” e foi vencido pela estudante Simone Maria Gatto, da Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Wilson Luiz Maccarini (RS), com a redação intitulada “O jogo da democracia”.

Na visão do presidente do Senado, José Sarney, o concurso é importante para divulgar a



Gabriela Vilaça (E), Denise Santos e Simone Gatto, primeiras colocadas, ganharam notebooks

imagem da instituição e ajudar a integrá-la à sociedade.

– O que desejamos é que a criança brasileira comece a ter consciência de sua identidade – afirmou.

Os resultados do concurso podem ser consultados no endereço http://www.senado.gov.br/sf/senado/srpsf/Concurso_2009/default.asp.

Dia da Bandeira teve leitura da redação e paraquedistas

Simone Maria Gatto abriu a solenidade de hasteamento da Bandeira Nacional, realizada pelo Congresso em comemoração ao Dia da Bandeira, com a leitura da sua redação “O jogo da democracia”. Usando a imagem de uma disputa esportiva, Simone afirma que “o Brasil é este time que muito já conquistou, mas que muito ainda precisa conquistar, pois há um público enorme esperando para vibrar com cada uma das vitórias”.

O evento terminou com a execução do Hino da Bandeira e uma demonstração da equipe de salto livre da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército no gramado em frente Congresso.

presidência

Sarney diz que reforma do Senado será votada ainda em 2009

O presidente do Senado, José Sarney, informou na última quinta-feira que já acertou com os líderes partidários a votação da reforma administrativa da Casa antes do fim do ano. Ele explicou que falta apenas marcar a data da sessão em que o Plenário vai deliberar sobre a matéria.

Encerrado o prazo dado aos senadores para apresentação de sugestões, na

sexta-feira Sarney disse que será o árbitro dos atritos que a reforma pode suscitar.

– Estou me colocando numa posição de magistrado, deixando que nessa primeira fase todos tenham a oportunidade de opinar. Na fase final, eu quero verificar os pontos de atrito e procurar servir de árbitro nesses pontos em que não se chegar a um consenso – afirmou o senador.



José Sarney recebeu na quarta-feira o ministro do Esporte, Orlando Silva, e o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman, acompanhados de atletas olímpicos e paraolímpicos. Na pauta, a busca de recursos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Ao chegar ao Congresso, Sarney já havia dito que, na sua avaliação, não faltará dinheiro para esses eventos. Observando que o orçamento do ministério para 2009 foi de R\$ 1,4 bilhão, Orlando Silva pediu que o Congresso, no mínimo, dobre essa cifra. “Viemos abrir esse diálogo com o Poder Legislativo. Amanhã, estaremos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, afirmou o ministro.

CESARE BATTISTI

Para José Sarney, o ex-ativista italiano Cesare Battisti responde por crime comum e não por crime político. O senador acredita que o entendimento do Supremo Tribunal Federal, favorável à extradição de Battisti, deveria ser cumprido, ressalvando, contudo, que essa decisão caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Eu, pelo que tenho lido, tenho minhas dúvidas quanto à existência de crime político do senhor Battisti. A mim, parece que se trata realmente de crime comum. Eu acho que, quando o Supremo deu a extradição, cumpriu um pedido da Justiça italiana.

ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

O novo ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Samuel Guimarães, visitou na quarta-feira o presidente José Sarney, com quem conversou sobre as tarefas que o aguardam no novo cargo. Ele foi empossado há um mês.

APAGÃO

“Acho que está havendo um alargamento da discussão para que ela chegue ao terreno político.” A afirmação é do presidente do Senado, José Sarney, ao se referir, na quarta-feira, ao apagão que deixou 18 estados sem luz. Para Sarney, o blecaute se encerra no fato em si.

homenagem

Senado celebra Dia Nacional da Consciência Negra

O Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro em homenagem a Zumbi dos Palmares, foi lembrado pelo Senado. Ao abrir a sessão, Mão Santa (PSC-PI) leu discurso de José Sarney em que o presidente do Senado diz que cabe a todos os brasileiros trabalhar pela rejeição do preconceito racial e social e eleger a igualdade como instrumento indispensável para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

Sarney lembra que a Lei Áurea do dia 13 de maio de 1888 não acabou com a mão de obra escrava no país, assinalando que



Edson Santos, ministro da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

“a frieza das estatísticas” mostra que o profissional negro ganha bem menos do que o branco pelo mesmo trabalho. “Quando se fala de mulher negra é pior, ela está na base da pirâmide salarial”, observa Sarney.

JIU-JITSU

A memória de Hélio Gracie, responsável pela difusão do jiu-jitsu no Brasil, foi lembrada na terça-feira em sessão especial. Gracie, idealizador do chamado *brazilian jiu-jitsu*, morreu em janeiro deste ano, aos 95 anos. Autor do pedido de homenagem, Arthur Virgílio (PSDB-AM), que pratica jiu-jitsu, lembrou que essa arte é admirada em todo o planeta.

OSTOMIZADOS

A primeira parte da sessão da última terça-feira foi dedicada ao Dia Nacional dos Ostomizados. A ostomia é uma cirurgia no abdome que visa criar uma saída de um órgão interno para o exterior do corpo, para eliminação dos dejetos do organismo. Ela geralmente é necessária nos casos de câncer de intestino, bexiga ou uretra.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sílvia Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP) em papel reciclado

programação

Senadores debatem redução de CO₂

A decisão dos Estados Unidos, da China e de outros países de adiar a adoção de um novo acordo sobre o clima esvaziou a cúpula das Nações Unidas sobre o assunto, em dezembro em Copenhague, na Dinamarca. Mas o governo brasileiro resolveu manter a meta de reduzir as emissões de CO₂ de 36,1% a 38,9% até 2020. O programa *Entrevista Especial* vai debater o tema com senadores.

Entrevista Especial

Senado FM e OC
23/11, segunda-feira, às 12h
Internet: 23/11, segunda-feira

Razões para queda da inadimplência

A inadimplência vem caindo em São Paulo desde 2004, quando a Fecomércio-SP começou a pesquisar o assunto. Atualmente, a taxa está em 14%, abaixo da média dos últimos 12 meses, que é de 17%. O que leva o consumidor a ficar inadimplente e como evitar essa situação? Para tratar do assunto, o *Senado Economia*, da Rádio Senado, recebe a economista da Fecomércio Adelaide Reis.

Senado Economia

Senado FM
23/11, segunda-feira, às 7h30
Internet: 23/11, segunda-feira



Crianças em escola de Brasília: caráter, personalidade e inteligência emocional se formam até os seis anos de idade

Prevenção da violência começa na infância

TV Senado apresenta série de programas sobre os cuidados necessários nos primeiros anos de vida para evitar comportamentos agressivos

Este mês, o programa *Inclusão*, da TV Senado, numa série de reportagens, vai mostrar que, quanto mais pais e professores ajudarem a criança a utilizar as palavras como meio de expressão, menos agressiva ela se tornará, deixando de lado os gritos, a pirraça e as agressões físicas. O programa busca informar futuros e atuais pais para que não recorram a métodos violentos na educação dos filhos.

Pesquisa recente da Comissão Interamericana de Direitos

Humanos revela que é na primeira infância, período que vai até os seis anos, que se forma o caráter, a personalidade e a inteligência emocional do indivíduo. É também essa fase o melhor momento para que os pais interfiram de forma adequada para evitar que a

criança se torne uma pessoa agressiva.

Resultados de pesquisas canadenses também revelaram que as interferências durante a primeira infância surtem mais efeitos do que as realizadas na adolescência e na idade adulta. O pesquisador Richard Tremblay, da Universidade de Montreal, no Canadá, ressalta que as origens da agressividade estão exatamente na primeira infância e não na adolescência, ao contrário do que muitos pensam.

Inclusão – A paz na primeira infância

TV Senado
28/22, sábado, às 11h30 e 22h30
29/11, domingo, às 9h e 17h

Rádio é campeão de credibilidade junto à população

O rádio é a mídia de maior credibilidade no Brasil. Essa é a conclusão de uma pesquisa do Instituto Vox Populi encomendada pela agência de comunicação Grupo Máquina. Foram ouvidas 2.500 pessoas no Distrito Federal e em oito regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Para avaliar os resultados da pesquisa, o programa *Estação da Mídia*, da Rádio Senado, convidou Ednilson Machado, diretor da Grupo Máquina, instituição especializada em comunicação corporativa. Machado aponta a facilidade de acesso e a característica de prestação de serviços como fatores que levaram o rádio a receber nota média de 8,21 numa escala de 1 a 10, ficando à frente da internet (8,20), TV (8,12), jornal on-line (8,03), jornal impresso (7,99), revista impressa (7,79), redes sociais da internet (7,74) e revista on-line (7,67). Ele também analisa como o rádio poderá aproveitar a confiança junto à população para aumentar a receita com publicidade.

Estação da Mídia

Senado FM
24/11, terça-feira, às 7h30
Internet: 24/11, terça-feira



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Músico
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Músico
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - EcoSenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Músico
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Músico
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Músico



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (40), Manaus (57), Natal (52), NET, Mais TV e Video Cabo Recife (55), Rio de Janeiro (49 e 64) e Salvador (53).
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Telesat (17)
UHF: Brasília (canais 36 e 51), Fortaleza (43), João Pessoa

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m
PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: ¾

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Reforma do CPP

"Gostaria de parabenizar os congressistas pela iniciativa de organizarem um novo Código de Processo Penal e, mais recentemente, pela criação de uma comissão para estudar a reforma do processo civil. A sociedade necessita de uma Justiça mais ágil, democrática, que supra seus anseios. Essa mudança só pode ser alcançada pelo empenho dos três Poderes, principalmente do Legislativo."

Darquiam Carlos F. Silva, de Caetanópolis (MG)

Obstrução de estradas

"Deveria existir uma lei federal que proibisse a obstrução de vias federais, estaduais e vicinais (municipais). Em caso de interdição, por parte de integrantes de movimentos sociais e de outras categorias, a desocupação caberia à Polícia Rodoviária Federal e à Polícia Federal, com o apoio das forças do Exército, da Marinha e da Força Nacional. É preciso acabar com este tipo de baderna: a interdição de estradas. O direito de ir e vir previsto na Constituição federal deve ser cumprido e executado pelas forças de segurança. O país não pode ficar à mercê de movimentos que violam os direitos constitucionais, agindo como se aqui fosse uma corruetela sem lei nem autoridade."

Eneo da Nóbrega, de Corumbá (MS)

Vigilantes

"Senhores parlamentares, nós, profissionais de segurança e vigilantes de empresas privadas, solicitamos a aprovação dos projetos (PL 4.436/08, PL 1.033/03 e PL 387/08) que instituem o adicional de periculosidade e risco de vida para vigilantes e profissionais de segurança privada, que têm como tarefa elementar defender vidas e patrimônios expostos ao risco e à violência. Nada mais justo do que sermos bem remunerados por essa condição."

Izalter Costa Almeida, de Santo Antônio de Jesus (BA)

Arquivistas

"Li na edição semanal que os senadores fizeram diversas homenagens ao Dia dos Professores e ao Dia dos Médicos. Como arquivista, gostaria de lembrar que em 20 de outubro se comemora o Dia do Arquivista, profissional e guardião de um acervo de incomensurável valor – a própria memória administrativa e histórica do nosso país. Diante de um papel social tão importante no cenário brasileiro, hoje já são 12 cursos superiores de Arquivologia, todos em universidades públicas que, a cada ano, formam centenas de arquivistas, a fim de atender às necessidades de gestão arquivística dos documentos para prover o acesso às informações e preservar o patrimônio documental das instituições."

Rogério de Melo Araújo, de São Gonçalo (RJ)

Poupança

"Será que podemos confiar nas leis deste país? Ao colocarmos nosso dinheiro em caderneta de poupança, existe sempre o receio de um novo golpe como no governo Collor. Os trabalhadores planejavam suas aposentadorias, mas, em 1998, tiveram seus planos frustrados com o fator previdenciário. As leis do Brasil não são confiáveis."

Luiz Azevedo da Silva, de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Cefet

"Já se passaram mais de cinco meses que as obras de construção do Cefet de Barra do Corda estão paralisadas. A placa informa que o prazo para conclusão era de 365 dias. A obra foi iniciada em novembro de 2008, mas, se não for retomada o mais rápido possível, dificilmente em dezembro de 2010 estará pronta. Por isso, solicito aos parlamentares da Comissão de Educação do Senado que convoquem o diretor do Cefet para prestar informações a respeito dessa obra, que é de grande importância para o município."

Gildásio Brito dos Santos, de Barra do Corda (MA)

frases



O Supremo "pilateou", o Supremo lavou as mãos, o Supremo se desmoralizou

Demostenes Torres, sobre deixar para o presidente Lula a decisão de extraditar, ou não, Cesare Battisti.

O presidente Lula é o chefe da nação e é ele quem deve praticar este ato

José Sarney, sobre a extradição de Battisti.

Os abalos que sofreremos em relação ao clima serão marcantes, em razão dessa decisão

Tião Viana, ao lamentar decisão dos EUA de adiar acordo sobre corte de emissão de gases de efeito estufa.



FOTOS: GERALDO MAGELA

As ditaduras se impõem e exigem o silêncio da sociedade, que fala pela imprensa, pelos parlamentos, pelas tribunas

Arthur Virgílio, sobre censura a jornalista de Mato Grosso.

É como negar a existência do Sol, a existência da Lua, a existência das estrelas, a existência da própria vida

Alvaro Dias, sobre afirmação de Lula de que o mensalão teria sido golpe da oposição contra seu governo.

É preciso que os líderes mundiais voltem sua atenção para a questão da fome no mundo. É inaceitável que a Humanidade tenha conquistado tantos avanços na ciência e ainda não tenha achado o caminho para resolver o problema. Lutar contra a fome é também combater o preconceito social

Paulo Paim, no Dia da Consciência Negra, ao destacar que a fome é um tipo de preconceito.

Pergunto-me: qual a utilidade desses procedimentos todos? Vem prefeito, governador, reitor de universidade. A gente delibera, tem equipe de assessores para quê? Para nada? Advogo duas coisas: ou tornamos o Orçamento impositivo ou acaba-se com as emendas parlamentares

Geraldo Mesquita Júnior, defendendo o orçamento impositivo.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Horário de verão é uma necessidade técnica

"Por que se instituiu o horário de verão? Foi comprovado por médicos que esse horário é prejudicial à saúde, pois altera o metabolismo do organismo, gerando doenças futuras."

Cícero Ramiro Pereira, de Blumenau (SC)

O senador **Papaléo Paes (PSDB-AP)** responde:

O horário de verão foi instituído pela primeira vez no Brasil no início da década de 1930. O atual período 2009/2010 corresponde à 36ª vez de implantação do sistema no país. Desde 1985, esse horário especial vem ocorrendo todos os anos e sofrendo algumas flexibilizações. Hoje, por exemplo, as regiões Norte e Nordeste não o adotam. É importante lembrar que a medida não é exclusividade do Brasil. O principal objetivo é reduzir a demanda de energia no horário de pico, das

Com informações da Rádio Senado

18h às 21h. Apesar de reconhecer o sacrifício e a difícil adaptação dos brasileiros ao horário de verão, principalmente das crianças, entendo que sua adoção é uma necessidade técnica para evitar que o país sofra as consequências da sobrecarga nas redes de energia elétrica ao longo da estação mais quente do ano. Como médico, acredito que deveria partir do próprio governo estudo sério e profundo que analise os efeitos da mudança de horário na população brasileira.



Leis protegem quem tem câncer

Uma portaria do Ministério da Saúde de 1988 estabeleceu o dia 27 de novembro como Dia Nacional de Combate ao Câncer. Para lembrar a data, destinada a ampliar o conhecimento da população sobre o tratamento e a prevenção da doença, o *Especial Cidadania* traz informações sobre os direitos garantidos aos pacientes que lutam contra esse mal.

Hospitais mantêm equipes de atendimento multidisciplinar

A preocupação não apenas com o tratamento, mas também em deixar os pacientes de câncer bem informados sobre seus direitos, faz parte da rotina de importantes instituições especializadas, como o Instituto Nacional de Câncer (Inca), no Rio de Janeiro, e o Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) do Hospital Universitário de Brasília (HUB).

Desde 2002, o Inca divulga em sua página na internet informações sobre os direitos do paciente com câncer, como o auxílio-doença, tratamento fora de domicílio, saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros benefícios. A instituição também mantém profissionais de serviço social que ajudam a identificar, entre outros benefícios, recursos para favorecer o tratamento do paciente, como remédios e exames.

A divulgação cada vez maior dos direitos das pessoas com câncer é uma realidade também no HUB. Para aperfeiçoar o tratamento oncológico que já era oferecido pela instituição, há três meses foi inaugurado o Cacon, onde os pacientes têm seu primeiro

contato com o oncologista (médico especializado no tratamento de câncer) e são recebidos por uma equipe de profissionais de enfermagem, nutrição, fisioterapia, psicologia, odontologia e serviço social. As assistentes sociais informam os pacientes sobre seus direitos e identificam a rede de apoio social com a qual eles poderão contar durante o tratamento. De acordo com a assessoria de imprensa do HUB, outros 145 centros desse tipo estão em funcionamento em todo o país, 69 deles com serviço próprio de radioterapia.

Na opinião do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), permitir que os pacientes com câncer conheçam seus direitos ajuda-os a exigir-los e defendê-los quando descumpridos.

— Acredito que seja nosso papel, como legisladores, bem como de toda a sociedade, garantirmos os meios para vencer as barreiras que ainda existem no nosso país, principalmente em relação às vítimas de câncer de baixa renda, levando mais dignidade e cidadania a todos — observou o senador.

Alguns dos direitos do paciente

Saque do FGTS

Na fase da doença em que os sintomas são percebidos, o trabalhador cadastrado no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que tenha câncer ou que tenha dependente portador da doença poderá fazer o saque. O valor recebido será o saldo de todas as contas do trabalhador, inclusive a do atual contrato de trabalho. O saque poderá ser repetido enquanto houver saldo, desde que apresentados os documentos necessários (originais e cópias):

- atestado médico de no máximo 30 dias atrás, com assinatura sobre carimbo e número do CRM do médico responsável pelo tratamento. O atestado deve mencionar o diagnóstico e o estágio clínico da doença e da pessoa;
- cópia do laudo do exame que serviu de base para a elaboração do atestado médico;
- documento que comprove a relação de dependência, no caso de o dependente do titular da conta do FGTS ter a doença;
- carteira de trabalho, na hipótese de saque de trabalhador; ou
- cópia autenticada da ata de assembleia em que foi nomeado diretor não empregado; cópia do contrato social registrado em cartório ou na junta comercial;
- Cartão do Cidadão ou cartão do PIS/Pasep.

Auxílio-doença

Benefício mensal a que tem direito o segurado da Previdência quando fica temporariamente incapaz para o trabalho em virtude de doença, por mais de 15 dias consecutivos. O portador de câncer terá direito ao auxílio-doença independentemente do pagamento de 12 contribuições à Previdência, desde que esteja na qualidade de segurado (ser beneficiário mesmo sem fazer a contribuição ao INSS por um certo período). A incapacidade para o trabalho deve ser comprovada por meio de exame realizado pela perícia médica do INSS.

Para conseguir o benefício, a pessoa deve comparecer à agência da Previdência Social mais próxima de sua residência ou ligar para 135 solicitando o agendamento da perícia médica.

Documentos necessários:

- carteira de trabalho ou documentos que comprovem a sua contribuição ao INSS;
- declaração ou exame médico (com validade de 30 dias) que descreva o estado clínico do segurado.

Aposentadoria por invalidez

Concedida desde que a incapacidade para o trabalho seja considerada definitiva pela perícia médica do INSS. Tem direito ao benefício o segurado que não esteja em processo de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência (independentemente de estar recebendo ou não o auxílio-doença). O portador de câncer terá direito ao benefício, mesmo sem o pagamento de 12 contribuições, desde que esteja na qualidade de segurado.

Terá direito a um acréscimo de 25% na aposentaria por invalidez o segurado do INSS que necessitar de assistência permanente de outra pessoa.

Tratamento fora de domicílio (TFD)

Permite o acesso de pacientes de um município a serviços assistenciais em outro município, ou ainda, em casos especiais, em outro estado. O TFD pode envolver a garantia de transporte para tratamento e hospedagem, quando indicado, e será concedido exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e referenciada do Sistema Único de Saúde (SUS). Nos casos em que houver indicação médica, será autorizado o pagamento de despesas para acompanhante.

Outros direitos

Isonomia de Imposto de Renda na aposentadoria. Isonomia de IPVA e IPTU e de ICMS e IPI na compra de veículos adaptados. Quitação do financiamento da casa própria. Saque do PIS/Pasep.

JUCILEIA SOUZA



Os pacientes do Hospital Universitário de Brasília recebem informações antes do tratamento, contando com o apoio de psicólogos, nutricionistas e assistentes sociais

Servidora pública venceu a doença, mas sequelas são incapacitantes

A servidora pública Kátia Oliveira Costallat, de 49 anos, teve câncer de reto detectado em julho de 2008. Durante o tratamento, que durou um ano e envolveu sessões de quimioterapia e radioterapia, além de duas cirurgias, ela relata que exerceu direitos para pacientes com câncer, como o passe livre no transporte coletivo, previsto na legislação local. Kátia, que mora em Brasília, agora está sendo orientada pela assistente social do Cacon Rafaela Marques a dar entrada na aposentadoria por invalidez.

A paciente — cujos exames apontaram neste mês que o tratamento foi bem-sucedido e extinguiu o tumor — afirma que as seis sessões de quimioterapia que a deixavam sete dias internada a cada vez e

outros procedimentos também tiveram como consequência uma série de problemas que a impedem de trabalhar. Dores nas articulações e ossos, má circulação e dificuldades para utilizar ambientes públicos devido à colostomia (cirurgia em que uma porção do intestino é exteriorizada através do abdômen para que as fezes sejam expelidas de forma involuntária e armazenadas em uma bolsa coletora) são algumas das situações enfrentadas por Kátia.

— Não há como ter algumas adaptações no meu ambiente de trabalho que seriam essenciais para a minha volta. O risco de uma infecção no uso do banheiro público é grande, assim como o incômodo que eu sinto — explica.

Projetos de lei ampliam direitos

PLS 57/08, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) — Para a detecção precoce do câncer de mama, estabelece como direitos da mulheres o acesso a exames, tratamento e acompanhamento das alterações encontradas, garantidos por ações e serviços públicos de saúde. A proposta está em análise pela Comissão de Assuntos Sociais.

PLC 158/08, do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) — Altera a Consolidação

das Leis do Trabalho (CLT) a fim de permitir falta ao serviço para realização de exame preventivo de câncer. A proposta já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais e aguarda votação no Plenário.

PLS 292/05, do senador Augusto Botelho (PT-RR) — Inclui no rol das pessoas com prioridade processual na Justiça as portadoras de câncer e de Aids. A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Saiba mais

Instituto Nacional de Câncer (Inca)

Praça Cruz Vermelha, 23
Centro — Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20231-130
www.inca.gov.br
Cartilha do Inca:
www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?ID=122

Rede Câncer

www.redecancer.org.br

Hospital Universitário de Brasília

SGAN 605, Avenida L2 Norte
Asa Norte — Brasília (DF)
(61) 3448-5000 — www.hub.unb.br

Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica

Av. dos Andradas, 2287 sala 709
Centro — Belo Horizonte (MG)
CEP 30120-010
(31) 3241-2920/2729 — www.sboc.org.br